



Relatório Anual de Gestão 2025

SEFIN

2025

RIO BRANCO/AC – 2025

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, EXERCÍCIO 2025

Relatório Anual de Gestão do exercício 2025 elaborado de acordo com a Resolução TCE/AC nº 087/2013 e Instrução Normativa CGM nº 01/2026

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

Área de Gestão

Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

Wilson José das Chagas Sena Leite
Secretário Municipal de Finanças

Carlos Fabio Alves Monteiro Pereira
Diretor de Contabilidade

Francisco Tavares da Silva Neto
Diretor de Tesouraria

Josué Alexandre de Oliveira Júnior
Diretor de Administração Tributária

Weverton D'ávila de Farias
Diretor de Gestão Administrativa

RIO BRANCO/ACRE - 2025

LISTA DE TABELAS

1	Relatório PPA	14
2	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	15
3	Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações - Tesouro Municipal	17
4	Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações - SEFIN	20
5	Composição das receitas executadas	24
6	Demonstrativo da Previsão e Realização de Receitas Orçamentárias	27
7	Programação das Despesas Correntes	30
8	Programação das Despesas de Capital	31
9	Despesa Total do Órgão	32
10	Contratações no Exercício 2025	35
11	Contratações em Exercícios Anteriores	36

LISTA DE QUADROS

1	Identificação da Órgão	8
---	------------------------	---

LISTA DE GRÁFICOS

1	Comprometimento da Receita Corrente	26
2	Variação do Acumulado da Receita Corrente Líquida	29
3	Variação do Acumulado da Receita Corrente Líquida	30
4	Arrecadação Anual do ISSQN	49
5	Arrecadação Anual do IPTU	51
6	Arrecadação Anual do IRRF	54
7	Arrecadação Anual do ITBI	55
8	Variação do Acumulado do ITBI	55

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

1	Organograma da Secretaria Municipal de Finanças	10
2	Premiação do Concurso de Redação da Educação Fiscal	42

3	Decreto nº 3.010/2025, que institui a Campanha IPTU EM DIA DÁ PREMIOS.	44
4	Lei Complementar nº 346/2025, que dispõe sobre Remissão de IPTU e Taxa de Remoção de lixos de 2025.	45

LISTA DE IMAGENS

1	Aerolevanteamento de Madeireira para SEINFRA	56
2	Ajuste de Geometria	57
3	Arquivos do Plano Diretor	57
4	Novo portal RBGEO	58
5	Dashboard de Monitoramento de Obras Públicas	58
6	Dashboard de Gestão de Projetos	59
7	Dashboard de Solicitação de Serviços	59
8	Dashboard de Infraestrutura Urbana e Serviços Públicos	60
9	Portal de Monitoramento de Transferências de Receitas	60

SIGLAS E ABREVIATURAS

CGM	Controladoria Geral do Município
COSIP	Contribuição Social para Iluminação Pública
DOE	Diário Oficial do Estado
DTP	Despesa Total com Pessoal
EC	Emenda Constitucional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual

LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NFS-E	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PARF	Programa de Auxílio à Regularização Fiscal dos Contribuintes de Rio Branco
PMEF	Programa Municipal de Educação Fiscal
PMRB	Prefeitura Municipal de Rio Branco
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
SEFIN	Secretaria Municipal de Finanças
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Acre
TCU	Tribunal de Contas da União
RBWEB	Sistema que integrou em uma única plataforma os sistemas ÁGATA (tributário), SAFIRA (contábil) e TURMALINA (recursos humanos)

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Visão Geral	8
2.1. Identificação do Órgão.....	8
2.2. Estrutura Organizacional.....	10
2.3. Finalidades e Competências Institucionais	12
3. Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Operacional	13
4. Execução Orçamentária e Financeira	24
4.1. Receita.....	24
4.2. Despesa.....	30
5. Outras Informações Relevantes da Gestão	39
6. Administração Tributária	43
7. Divisão de Cadastro Fiscal de Contribuintes	46
8. Núcleo de Geotecnologia.....	56
9. Resultados e Conclusões	61
10.Referência Bibliográfica	63

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Anual de Gestão – RAG tem por finalidade apresentar, de forma sintética e analítica, os principais resultados alcançados pela Secretaria Municipal de Finanças no exercício de 2025, evidenciando o desempenho da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

O relatório foi elaborado em observância às orientações da Instrução Normativa da Controladoria-Geral do Município nº 001/2026, especialmente ao disposto em seu Anexo I, adotando critérios de clareza, objetividade, materialidade e conectividade das informações, com foco na demonstração dos resultados da gestão e no atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, eficácia, economicidade e responsabilidade fiscal.

No exercício em análise, a atuação da Secretaria Municipal de Finanças concentrou-se no fortalecimento da arrecadação própria, no controle e racionalização das despesas públicas, no suporte técnico às demais unidades da Administração Municipal e na manutenção do equilíbrio fiscal do Município, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e a sustentabilidade das finanças públicas.

2. VISÃO GERAL

A Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN é o órgão central responsável pela formulação, coordenação e execução das políticas fiscais, orçamentárias e financeiras do Município, desempenhando papel estratégico no planejamento, na arrecadação das receitas e no controle da aplicação dos recursos públicos. Sua atuação é fundamental para assegurar a sustentabilidade das finanças municipais e o adequado funcionamento da Administração Pública.

No exercício de 2025, a SEFIN desenvolveu suas atividades em um ambiente marcado por restrições fiscais, rigidez das despesas obrigatórias e necessidade permanente de equilíbrio entre receitas e despesas, exigindo planejamento contínuo, monitoramento sistemático da execução orçamentária e adoção de medidas voltadas à eficiência na gestão dos recursos.

As ações institucionais concentraram-se no aprimoramento da gestão tributária, no fortalecimento dos mecanismos de controle financeiro, na racionalização do gasto público e no apoio técnico às demais unidades administrativas, contribuindo para a execução das políticas públicas e para a manutenção do equilíbrio fiscal do Município.

Os resultados alcançados no período refletem o esforço da Secretaria em alinhar o planejamento à execução, observando os limites legais e os princípios da responsabilidade fiscal, com foco na geração de valor público, na transparência da gestão e no cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento governamental.

2.1. Identificação

Quadro 1 – Identificação do órgão

Denominação completa: Secretaria Municipal de Finanças	
Denominação abreviada: SEFIN	
Código LOA: 01.009.000.000	
Telefones/Fax de contato:	(68) 3212-7424
E-mail: gabinete.secfinancas@riobranco.ac.gov.br	
Endereço Postal: Rua Rui Barbosa, nº 285 – Centro. Rio Branco/AC. CEP: 69.900-084	
Normas relacionadas ao Órgão	
LEI MUNICIPAL Nº 1.551, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2005.	
LEI MUNICIPAL Nº 1.733, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.	
LEI MUNICIPAL Nº 1.753, DE 05 DE OUTUBRO DE 2009.	
LEI MUNICIPAL Nº. 1.959, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013.	
LEI Nº. 1.959/2013, PUBLICADA EM 01/03/2013 NO DOE Nº. 10.998, P. 42.	



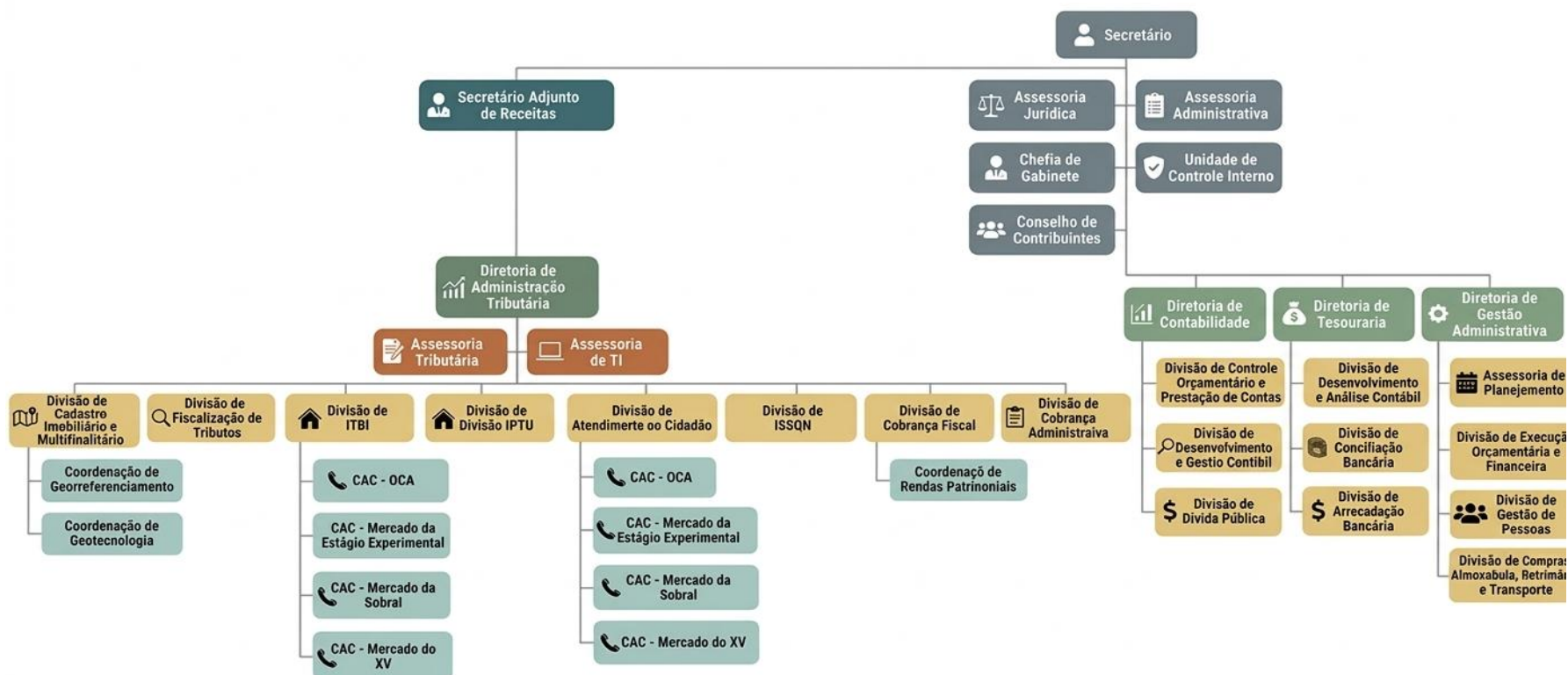
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 11 DE JUNHO DE 2015.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002, DE 11 DE JUNHO DE 2015.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 1º DE MARÇO DE 2016.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.
 LEI COMPLEMENTAR Nº 33, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
 SEFIN-INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006, DE 30 DE JULHO DE 2018.
 INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 001, DE 30 DE JULHO DE 2018.
 LEI COMPLEMENTAR Nº 54, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.
 INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 002, DE 22 DE ABRIL DE 2019.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.
 DECRETO Nº 043, DE 16 DE JANEIRO DE 2019.
 DECRETO Nº. 043/2019, PUBLICADO EM 30/01/2019 NO DOE Nº. 12.481, P. 185.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008, DE 22 DE ABRIL DE 2019.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 009, DE 21 DE MAIO DE 2019.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010, DE 04 DE MAIO DE 2020.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.
 SEFIN-SEMSA-SEMEIA-INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 001/2021.
 SEFIN-PORTARIA Nº 019, DE 19 DE ABRIL DE 2021.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFIN Nº 001, DE 28 DE JUNHO DE 2021.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFIN Nº 002, DE 01 DE JULHO DE 2021.
 SEFIN-PORTARIA Nº 001, DE 19 DE JANEIRO DE 2022.
 DECRETO Nº 131, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.
 DECRETO Nº 1.040, DE 04 DE JULHO DE 2022
 LEI COMPLEMENTAR Nº 176, DE 25 DE JULHO DE 2022
 DECRETO Nº 1.229, DE 19 DE AGOSTO DE 2022
 DECRETO Nº 101, DE 31 DE JANEIRO DE 2023
 PORTARIA Nº 07, PUBLICADA EM 06/02/2023 NO DOE Nº 13.470, P. 287.
 LEI COMPLEMENTAR Nº 228 DE 04 DE JULHO DE 2023
 DECRETO Nº 1.880, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
 DECRETO Nº 040, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

Unidades vinculadas	
Código	Nome
01.009.199.000	Tesouro Municipal

2.2. Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

A organização administrativa da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, passou por uma Reforma no exercício de 2022, estando disposta no art. 1º do Decreto nº 131 de 10 de fevereiro de 2022, publicado no DOE nº 13.225 de 15 de fevereiro de 2022.

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN



**1. Secretário:**

- a) Chefia de Gabinete;
- b) Núcleo de Protocolo;
- c) Assessoria Jurídica;
- d) Assessoria Administrativa;
- e) Unidade de Controle Interno;

f) Diretoria de Contabilidade:

- i. Divisão de Supervisão Contábil e Prestação de Contas;
- ii. Divisão de Desenvolvimento e Orientação de Gestão Contábil;
- iii. Divisão de Dívida Pública;

g) Diretoria de Tesouraria:

- i. Divisão de Estatística e Análise Processual;
- ii. Divisão de Conciliação Bancária;
- iii. Divisão de Arrecadação Bancária;

h) Diretoria de Gestão Administrativa:

- i. Assessoria de Planejamento;
- ii. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira;
- iii. Divisão de Gestão de Pessoas;
- iv. Divisão de Licitação, Contratos e Convênios;
- v. Divisão de Compras, Almoxarifado, Patrimônio e Transporte;

1.2. Secretário Adjunto de Receitas:**i) Diretoria de Administração Tributária:**

- i. Assessoria Tributária;
- ii. Assessoria de Tecnologia da Informação;
- iii. Divisão de Fiscalização de Tributos Municipais;
- iv. Divisão de Cadastro Imobiliário/Multifinalitário:
 - a. Núcleo de Geotecnologia;
 - b. Núcleo de Desmembramento/Remembramento;
- v. Divisão de Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis;
- vi. Divisão de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- vii. Divisão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- viii. Núcleo do Simples Nacional;
- ix. Divisão de Inteligência Fiscal:
 - a. Núcleo de Educação Fiscal;
 - b. Cobrança Administrativa;
- x. Divisão de Cadastro Fiscal de Contribuintes;
- xi. Divisão de Rendas Patrimoniais;
- xii. Divisão de Atendimento ao Cidadão;
 - a. Núcleo CAC – OCA;
 - b. Núcleo CAC – Mercado Estação Experimental;
 - c. Núcleo CAC – Mercado do XV;
 - d. Núcleo CAC – Mercado da Sobral.

2.3. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

De acordo com o artigo 40, VIII, da Lei nº 1.959, atualmente a Secretaria Municipal de Finanças possui as seguintes atribuições:

- a) Formular e executar as políticas de administração tributária, econômica e financeira do Município;
- b) Planejar, programar e executar as atividades relacionadas com receita, despesa, contabilidade e compras do Município;
- c) Proceder à arrecadação, aplicação e fiscalização das receitas do Município;
- d) Planejar, coordenar, formular e executar a política de compras do Município;
- e) Julgar, em última instância, os processos de natureza tributária;
- f) Expedir ou propor normas sobre Administração Fazendária;
- g) Regulamentar a Legislação Tributária;
- h) Garantir a eficiência do atendimento ao cidadão, no âmbito da Secretaria;
- i) Transmitir ao Tribunal de Contas informes relativos à administração financeira e patrimonial do Município;
- j) Gerir de forma centralizada procedimentos que visem à contratação de bens e serviços pelo Município, Fundações, Empresas Públicas, e demais entidades submetidas ao controle do Poder Executivo Municipal;
- k) Propor cursos de capacitação aos pregoeiros e servidores em gerais, de modo a permitir uma continuada aprendizagem e atualização de temas polêmicos da área de licitações;
- l) Decidir pela abertura de processo administrativo visando aplicação de penas aos licitantes no cometimento de ilícitos na fase interna dos processos;
- m) Propor índice de atualização do valor de propriedade imobiliária para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;
- n) Apurar e promover a inscrição da dívida ativa do Município;
- o) Promover e estabelecer o controle da arrecadação financeira dos espaços públicos de uso delegado.
- p) Coordenar o processo de participação social e de gestão nas administrações das regionais do município
- q) Formular e promover a execução de políticas de desenvolvimento de pequenos negócios;
- r) Estimular e acompanhar a criação de práticas empreendedoras como oportunidades de geração de emprego e renda, praticadas nas diferentes formas de organização social;
- s) Promover a articulação entre o setor público e o setor produtivo, visando o desenvolvimento de programas e projetos, bem como a transferência de tecnologias, para o desenvolvimento de pequenos negócios.

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E OPERACIONAL

A gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Secretaria Municipal de Finanças, no exercício de 2025, esteve orientada pelo alinhamento entre o planejamento e a execução, com ênfase no controle das despesas, na adequada utilização dos recursos públicos e na observância dos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

No âmbito da gestão orçamentária, as ações desenvolvidas concentraram-se no acompanhamento sistemático da execução do orçamento, na adequação das dotações às necessidades reais da Administração e no suporte técnico às unidades gestoras, de modo a assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento governamental.

Quanto à gestão financeira, foram adotadas medidas voltadas ao controle do fluxo de caixa, à priorização dos pagamentos essenciais e à preservação do equilíbrio financeiro do Município, garantindo o atendimento das obrigações legais e contratuais, bem como a regularidade na execução das despesas públicas.

No que se refere à gestão patrimonial, as atividades estiveram direcionadas ao controle, registro e acompanhamento dos bens públicos, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público, visando à fidedignidade das informações patrimoniais e ao fortalecimento dos mecanismos de controle interno.

No campo da gestão operacional, a Secretaria atuou no aperfeiçoamento dos processos administrativos, na padronização de procedimentos e no apoio técnico às demais áreas da Administração Municipal, contribuindo para o aumento da eficiência institucional, a transparência dos atos administrativos e a melhoria contínua da gestão pública.



3.2. Plano Plurianual – PPA 2022-2025

Tabela 1 – Relatório PPA

Eixo Estratégico: Institucional	
Programa: 0403 – Gestão Pública	
Objetivo: Modernizar a administração pública, com foco na eficiência dos serviços prestados à população do município de Rio Branco.	
Público Alvo: População em Geral	
Tipo de Programa: Apoio Administrativo	
Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN	Órgãos Participantes: Controladoria Geral do Município Secretaria Municipal da Casa Civil Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - SMGA Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco - SAERB Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade - SMCCI
Horizonte Temporal: Contínuo	Início: 01/01/2022 Término: 31/12/2025
Valor Total: 14.184.003,00	Quantidade de Ações: 6
Valor do Investimento: 6.094.001,00	Valor da Manutenção: 8.090.002,00

Indicadores do Programa								
Indicador	Descrição	Método de Cálculo	ODS	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência		Desejado no Final do PPA
						Índice	Data	
Receita tributária em relação a receita total do município	Mensurar o percentual da receita tributária em relação a receita total do tesouro municipal arrecadada	Receita tributária ÷ receita geral arrecadada do tesouro municipal	17	SEFIN	Percentual	20,11	2020	22,00
Periodicidade: Anual								
Base Geográfica: Municipal								

Eixo Estratégico: Institucional			
Programa: 0403 – Gestão Pública			
Ação	Produto	Unidade	Metas Físicas
1 - Programa de Integridade do Aperfeiçoamento dos Métodos e Processos de Controle Interno	Intervenção realizada	Unidade	1
4 - Modernização da Administração Tributária	Modernização ampliada	Unidade	1
5 - Anuário municipal de Rio Branco	Anuário publicado	Unidade	4
6 - Programa de eficiência energética na administração municipal	Redução de consumo	Quilowatt-hora	60
7 – Implantação do IPTU Verde	Implantação realizada	Unidade	1
8 - Fortalecimento e Participação como ente associado em Instituições que promovam, colaborem e assessoram Governos Locais	Fortalecimento e participação realizada	Unidade	3

Fonte: RBweb - Módulo: Planejamento Público

Tabela 2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.

Código na LOA:		0403.			
Programa:		Gestão Pública.			
Objetivo:		Modernizar a administração pública, com foco na eficiência dos serviços prestados à população do município de Rio Branco.			
Órgão Responsável:		Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN.			
Desempenho Do Programa No Exercício De 2025					
Valor Total		Investimento		Manutenção	
LOA	Empenhado	LOA	Empenhado	LOA	Empenhado
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
18.131.943,00	455.811,59	6.268.443,00	25.520,00	11.863.500,00	430.291,59
% (b/a*100):		% (d/c*100):		% ((f/e*100):	
2,51%		0,41%		3,63%	
Monitoramento Da Evolução Dos Indicadores					
Indicador	Fonte	Índice mais recente (a)	Desejado ao final do PPA (b)	Índice atual (c)	% Realização (c-a) *(100/(b/a))
Receita tributária em relação a receita total do município	SEFIN	91,41	20,11	66,66*	Receita tributária em relação a receita total do município
Desempenho Orçamentário E Financeiro No Exercício De 2025					
Dotação atualizada	Despesa			Restos a pagar	
	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.146.943,00	4.504.159,09	3.795.601,33	3.795.601,33	0,00	278.399,23

Fonte: Sistema RBweb

Análise do Resultado Alcançado

No exercício de **2025**, o Programa **Gestão Pública**, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, apresentou execução orçamentária inferior ao montante inicialmente previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). Do total autorizado de **R\$ 18.131.943,00**, foram empenhados **R\$ 455.811,59**, correspondendo a **2,51%** da dotação prevista.

No detalhamento por natureza da despesa, observa-se que, dos **R\$ 6.268.443,00** previstos para investimentos, foram empenhados **R\$ 25.520,00**, representando **0,41%** da dotação. Já nas despesas de manutenção, cuja previsão era de **R\$ 11.863.500,00**, foram empenhados **R\$ 430.291,59**, equivalentes a **3,63%** do valor programado.

Considerando a dotação atualizada de **R\$ 30.146.943,00**, a execução orçamentária registrou R\$ 4.504.159,09 empenhados, dos quais **R\$ 3.795.601,33** foram liquidados e pagos no exercício. Ao final do período, foram inscritos **R\$ 278.399,23** em restos a

pagar não processados, referentes a despesas empenhadas cuja execução financeira ocorrerá no exercício subsequente.

No que se refere ao monitoramento dos indicadores, o indicador “**Receita tributária em relação à receita total do município**”, apurado com base em dados da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, apresentou índice atual de **66,66%**, partindo de um índice de referência de **20,11%**, com meta de **91,41%** ao final do período do Plano Plurianual (PPA). O resultado demonstra avanço significativo em relação ao índice inicial, evidenciando evolução na participação das receitas tributárias na composição da receita total do município.

Considerações Finais

Diante do exposto, verifica-se que, embora a execução orçamentária do programa tenha se mantido abaixo do volume inicialmente planejado, os resultados observados no indicador demonstram evolução no fortalecimento da arrecadação tributária municipal, aspecto fundamental para a sustentabilidade das finanças públicas. Nesse contexto, o programa mantém sua relevância estratégica para o aprimoramento da gestão pública, contribuindo para o fortalecimento da capacidade administrativa do município e para a melhoria contínua da eficiência dos serviços prestados à população.

3.3. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025

Tabela 3 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações - Tesouro Municipal

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PPA 2022-2025										
Órgão responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - TESOURO MUNICIPAL										
Programa: MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL								Código na LDO: 0404		
Responsável pelo preenchimento: Weverton D'avila de Farias								Data: 26/02/2026		
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES										
Ação	P/A	Produto (un)	Meta Física			Dotação (R\$)		Despesa (R\$)		
			Prevista (a)	Realizada (b)	% (b*100/a)	Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
198 - Contribuição à Formação do PASEP	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,8159	81,59%	27.446.202,00	23.973.436,30	23.715.674,36	19.560.362,94	19.560.362,94
229 - Atendimento da Dívida Pública	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	1,00	100%	174.300.130,00	111.174.631,42	111.174.631,42	111.174.631,42	111.174.631,42
422 - Custos Financeiros e Tarifas Bancárias	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,8644	86,44%	9.400.000,00	4.046.398,08	3.700.896,40	3.497,679,48	3.497,679,48
472 - Indenizações, Restituição e Ressarcimento	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,9991	99,91%	1.451.832,00	1.350.992,64	1.349.832,46	1.349.832,46	1.349.832,46

Fonte: Sistema Rbweb - Módulo: Planejamento Público

Análise do Resultado Alcançado

Ação 198 – Contribuição à Formação do PASEP

A meta física da ação foi prevista em 1 (uma) unidade, tendo sido registrada execução correspondente a 0,8159, equivalente a 81,59%, índice que reflete diretamente o nível de execução financeira da despesa. Ressalta-se que, embora registrada sob a forma de indicador físico, a ação possui natureza tributária e compulsória, sendo sua execução condicionada à arrecadação efetiva do Município, não se prestando à mensuração física tradicional.

No aspecto financeiro, a dotação inicial de R\$ 27.446.202,00 foi ajustada para R\$ 23.973.436,30, em consonância com o comportamento da receita. Do valor autorizado, R\$ 23.715.674,36 foram empenhados, correspondendo a 98,9% da dotação atualizada, e R\$ 19.560.362,94 foram pagos no exercício, equivalente a 81,6%, evidenciando adequada execução da obrigação no período.

Causas relevantes:

- Adequação da execução à arrecadação efetiva que compõe a base de cálculo do PASEP;
- Utilização de indicador físico meramente representativo para ação de natureza financeira.

Consequências práticas:

- Cumprimento da obrigação legal e constitucional do Município;
- Manutenção da regularidade fiscal e do equilíbrio das contas públicas.

Ação 229 – Atendimento da Dívida Pública

A meta física prevista foi integralmente executada, com registro de 1,00, correspondente a 100%, refletindo a plena execução da ação no exercício.

Sob o enfoque orçamentário, a dotação inicial de R\$ 174.300.130,00 foi reduzida para R\$ 111.174.631,42, evidenciando redimensionamento adequado das necessidades financeiras do serviço da dívida. O valor atualizado foi integralmente empenhado, liquidado e pago, demonstrando rigor no planejamento e no controle das obrigações financeiras do Município.

Causas relevantes:

- Revisão da dívida exigível no exercício;
- Gestão eficiente dos contratos e compromissos financeiros.

Consequências práticas:

- Inexistência de restos a pagar relacionados à dívida pública;
- Preservação da credibilidade fiscal e financeira do Município;
- Redução de riscos de inadimplência e de encargos adicionais.

Ação 422 – Custos Financeiros e Tarifas Bancárias

A execução física registrada foi de 0,8644, correspondente a 86,44% da meta prevista, índice compatível com a execução financeira observada no exercício.

A dotação inicial de R\$ 9.400.000,00 foi ajustada para R\$ 4.046.398,08, demonstrando significativo realinhamento orçamentário. Do valor autorizado, R\$ 3.700.896,40 foram empenhados (91,5%) e R\$ 3.497.679,48 pagos (86,5%),

evidenciando adequação da despesa à necessidade efetiva e racionalização dos custos bancários.

Causas relevantes:

- Redução dos custos financeiros ao longo do exercício;
- Aperfeiçoamento dos controles financeiros e eventuais renegociações contratuais.

Consequências práticas:

- Economia de recursos públicos;
- Maior eficiência operacional do Tesouro Municipal;
- Observância ao princípio da economicidade.

Ação 472 – Indenizações, Restituição e Ressarcimento

A execução física da ação atingiu 0,9991, equivalente a 99,91% da meta prevista, refletindo a quase totalidade das demandas indenizatórias efetivamente ocorridas no exercício.

No aspecto financeiro, a dotação atualizada de R\$ 1.350.992,64 apresentou execução praticamente integral, com R\$ 1.349.832,46 empenhados, liquidados e pagos, demonstrando que todas as obrigações reconhecidas no período foram devidamente atendidas.

Causas relevantes:

- Redução da estimativa inicial em razão de menor volume de demandas indenizatórias;
- Adequação entre previsão e execução das despesas efetivamente devidas.

Consequências práticas:

- Ausência de passivos pendentes;
- Regularidade no cumprimento de obrigações legais e judiciais;
- Índícios de redução de litígios ou de falhas administrativas geradoras de indenizações.

Considerações Finais

A análise da Tabela 3 evidencia que as ações sob responsabilidade do Tesouro Municipal apresentaram execução física e financeira compatível com sua natureza predominantemente financeira, não sendo identificados desvios relevantes entre o planejamento e a execução.

Os ajustes realizados nas dotações orçamentárias mostraram-se coerentes com a execução real das despesas, resultando em elevados percentuais de empenho, liquidação e pagamento, bem como na ausência ou redução significativa de passivos ao final do exercício.

Os resultados demonstram gestão fiscal responsável, controle eficiente das despesas públicas e aderência às diretrizes do Plano Plurianual 2022–2025, contribuindo para a sustentabilidade e o equilíbrio das finanças municipais.

SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS
SEFIN



Tabela 4 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações - SEFIN

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PPA 2022-2025										
Órgão responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS										
Programa: GESTÃO ADMINISTRATIVA							Código na LOA: 0404			
Responsável pelo preenchimento: Weverton D'ávila de Farias							Data: 26/02/2026			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES										
Ação	P/A	Produto (un)	Meta Física - 2025			Dotação (R\$) - 2025		Despesa (R\$) - 2025		
			Prevista (a)	Realizada Acumulada (b)	% (b*100/a)	Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
194 - Manutenção do Gabinete do Secretário	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,6927	69,27%	1.496.002,00	795.688,38	551.140,56	551.140,56	551.140,56
400 - Manutenção dos Serviços Administrativos das Divisões da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,9467	94,67%	13.924.000,00	10.069.535,96	10.069.535,96	9.533.019,44	9.533.019,44
402 - Manutenção e Suporte Técnico da Rede Metropolitana Prefeitura Digital	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,00	0,00%	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
403 - Manutenção do sistema de gestão tributária - Simples Nacional	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	1,00	100%	66.000,00	60.360,50	60.360,50	60.360,50	60.360,50

SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS
SEFIN



PREFEITURA DE
RIO BRANCO
PRODUÇÃO, EMPREGO E DIGNIDADE

404 - Manutenção do Sistema de Gestão de Informações Territoriais, Execução de Atividades de Coleta e Atualização de Dados	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,00	0,00%	2.304.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
406 - Serviço de Postagens	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,3786	37,86%	700.000,00	1.400.000,00	532.502,32	530,070,38	530,070,38

Fonte: Sistema RBweb - Módulo: Planejamento Público

Análise do Resultado Alcançado

A Tabela 4 apresenta o Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, no âmbito do Programa Gestão Administrativa, integrante do Plano Plurianual 2022–2025. As ações analisadas compreendem atividades administrativas, operacionais e de suporte técnico, essenciais ao funcionamento institucional da Secretaria.

De modo geral, os resultados evidenciam execução compatível com a natureza das ações, observando-se adequação entre planejamento, execução orçamentária e necessidade administrativa ao longo do exercício de 2025.

Ação: Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN

Projeto/Atividade 194 – Manutenção do Gabinete do Secretário

A execução física registrada alcançou 69,27% da meta prevista, refletindo a realização parcial das atividades planejadas para o exercício. A execução financeira apresentou compatibilidade com o nível de execução física, tendo sido empenhado, liquidado e pago o montante de R\$ 551.140,56, correspondente à execução efetiva das despesas necessárias ao funcionamento do Gabinete.

As despesas realizadas compreenderam a concessão de diárias para deslocamento de servidores, aquisição de materiais de consumo (expediente, limpeza, informática, gêneros alimentícios e material gráfico), bem como a contratação de serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado e de veículos oficiais, atendendo às demandas administrativas do Gabinete, diretorias, divisões e núcleos da SEFIN.

Projeto/Atividade 400 – Manutenção dos Serviços Administrativos das Divisões da SEFIN

A execução física da ação atingiu 94,67% da meta prevista, evidenciando elevado grau de realização das atividades administrativas planejadas. No aspecto financeiro, a dotação atualizada de R\$ 10.069.535,96 foi integralmente empenhada, com liquidação e pagamento no valor de R\$ 9.533.019,44, demonstrando execução eficiente e compatível com a necessidade real da Secretaria.

Os recursos foram destinados, principalmente, à contratação de serviços terceirizados para apoio às atividades assessoriais, instrumentais, operacionais e complementares, essenciais ao funcionamento da SEFIN, considerando a insuficiência do quadro próprio de servidores para atendimento da demanda administrativa existente.

Projeto/Atividade 402 – Manutenção e Suporte Técnico da Rede Metropolitana – Prefeitura Digital

Embora prevista no planejamento, a ação não apresentou execução física nem financeira no exercício de 2025. Tal situação indica que as atividades programadas

não foram demandadas ou executadas no período, não gerando impacto orçamentário, permanecendo a dotação inalterada.

Projeto/Atividade 403 – Manutenção do Sistema de Gestão Tributária – Simples Nacional

A ação apresentou execução física integral, atingindo 100% da meta prevista. No aspecto financeiro, a dotação atualizada de R\$ 60.360,50 foi totalmente empenhada, liquidada e paga, evidenciando plena execução da ação no exercício. As despesas realizadas contribuíram para o aprimoramento do controle, acompanhamento e fiscalização dos tributos devidos ao Município pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, fortalecendo a gestão tributária municipal.

Projeto/Atividade 404 – Manutenção do Sistema de Gestão de Informações Territoriais, Coleta e Atualização de Dados

Apesar de prevista no planejamento, a ação não apresentou execução física nem financeira no exercício, indicando que as atividades programadas não foram implementadas no período analisado, não gerando dispêndio de recursos públicos.

Projeto/Atividade 406 – Serviço de Postagens

A execução física registrada correspondeu a 37,86% da meta prevista, refletindo a realização parcial dos serviços programados. No aspecto financeiro, a dotação atualizada de R\$ 1.400.000,00 apresentou empenho no valor de R\$ 532.502,32, com liquidação e pagamento de R\$ 530.070,38, compatíveis com a execução efetiva dos serviços demandados.

A despesa refere-se à contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, necessária para o envio e recebimento de correspondências, documentos, encomendas e, especialmente, para a distribuição de carnês de IPTU, serviço essencial à arrecadação municipal.

Considerações Finais

A análise da execução física e financeira das ações da Secretaria Municipal de Finanças demonstra que os resultados alcançados em 2025 foram, em sua maioria, compatíveis com o planejamento estabelecido no PPA 2022–2025. As variações observadas na execução física e financeira refletem ajustes administrativos, priorização de demandas e adequação à necessidade real de execução das ações ao longo do exercício.

De forma geral, verifica-se uso responsável dos recursos públicos, atendimento às necessidades administrativas da SEFIN e contribuição efetiva para o fortalecimento da gestão fiscal e tributária do Município.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Receita

Tabela 5 – Composição das receitas executadas

Categoria Econômica	2025		2024		%
	R\$ (a)	%	R\$ (b)	%	
Receitas Correntes (I)	2.196.846.239,39	1,42%	1.956.496.194,04	-3,07%	12,28%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	365.021.218,31	31,51%	314.734.883,13	12,53%	15,98%
Contribuições	86.196.101,44	2,59%	83.971.501,24	4,73%	2,65%
Receita Patrimonial	227.865.688,22	33,66%	110.804.760,24	32,89%	105,65%
Receita Industrial	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Receita de Serviços	78.327.274,01	-11,87%	72.380.741,78	-3,57%	8,22%
Transferências Correntes	1.400.859.669,25	-8,45%	1.294.648.142,17	-12,86%	8,20%
Outras Receitas Correntes	38.576.288,16	197,04%	79.956.165,48	536,38%	-51,75%
Receitas de Capital (II)	78.312.871,15	-70,07%	201.998.090,56	-5,42%	-61,23%
Operações de Crédito	18.704.024,12	-89,31%	140.541.496,49	-6,31%	-86,69%
Alienação de Bens	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Amortização de Empréstimos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	59.608.847,03	-30,72%	61.456.594,07	-2,40%	-3,01%
Outras Receitas de Capital	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Receitas Correntes Intra-Orçamentária (III)	198.753.868,29	-20,97%	202.426.087,75	0,00%	0,00%
Total das Receitas (IV) = (I+II+III)	2.473.912.978,83	-7,67%	2.360.920.372,35	-4,07%	4,79%

Fonte: Sistema REBWEB: Demonstrativo da Receita por Natureza e Relação de Previsão Adicional de Receita

Análise do Resultado Alcançado

A Tabela 5 apresenta a composição das receitas executadas nos exercícios de **2024** e **2025**, permitindo avaliar a evolução da estrutura de arrecadação municipal e o comportamento das principais fontes de financiamento das ações governamentais.

No exercício de **2025**, o Total das Receitas arrecadadas atingiu **R\$ 2.473.912.978,83**, enquanto no exercício de 2024 foram arrecadados R\$ 2.360.920.372,35, representando **crescimento nominal de 4,79%**. Esse resultado demonstra manutenção da capacidade arrecadatória do Município, mesmo diante da redução observada em determinadas fontes de receita.

As **Receitas Correntes** totalizaram **R\$ 2.196.846.239,39** em **2025**, registrando **crescimento de 12,28%** em relação ao exercício anterior, quando foram arrecadados R\$ 1.956.496.194,04. Esse desempenho evidencia o fortalecimento das receitas de natureza permanente, que constituem a principal base de financiamento das despesas públicas municipais.

No grupo **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**, a arrecadação atingiu **R\$ 365.021.218,31**, representando **crescimento de 15,98%** em comparação com o exercício de 2024. O resultado indica evolução positiva da arrecadação própria municipal, possivelmente decorrente do aprimoramento dos mecanismos de fiscalização tributária, atualização cadastral e melhoria dos processos de cobrança administrativa.

As **Contribuições** somaram **R\$ 86.196.101,44**, apresentando **crescimento de 2,65%**, mantendo participação relativamente estável na composição das receitas correntes.

A **Receita Patrimonial** registrou arrecadação de **R\$ 227.865.688,22**, com expressivo **crescimento de 105,65%** em relação ao exercício anterior. Esse resultado pode estar associado ao aumento dos rendimentos provenientes de aplicações financeiras e à gestão mais eficiente dos ativos patrimoniais do Município.

A **Receita de Serviços** alcançou **R\$ 78.327.274,01**, apresentando **crescimento de 8,22%**, indicando estabilidade na arrecadação decorrente da prestação de serviços públicos remunerados.

As **Transferências Correntes** permaneceram como a principal fonte de financiamento do Município, totalizando **R\$ 1.400.859.669,25**, com **crescimento de 8,20%** em relação a 2024. Esse comportamento confirma a significativa participação dos recursos provenientes de transferências intergovernamentais na estrutura de receitas municipais.

Por outro lado, as **Outras Receitas Correntes** registraram redução de **51,75%**, possivelmente em razão da não recorrência de receitas extraordinárias registradas no exercício anterior.

Receitas de Capital

No que se refere às **Receitas de Capital**, observou-se arrecadação de **R\$ 78.312.871,15** em **2025**, representando redução de **61,23%** em relação ao exercício de 2024, quando foram arrecadados **R\$ 201.998.090,56**.

A retração verificada nesse grupo decorre principalmente da diminuição das **Operações de Crédito**, que totalizaram **R\$ 18.704.024,12**, registrando queda de **86,69%** em relação ao exercício anterior. Esse comportamento pode indicar menor contratação ou liberação de financiamentos destinados ao financiamento de investimentos públicos.

As **Transferências de Capital** somaram **R\$ 59.608.847,03**, apresentando leve redução de 3,01% em comparação com o exercício de 2024.

Receitas Intra-Orçamentárias

As **Receitas Correntes Intra-Orçamentárias** totalizaram **R\$ 198.753.868,29**, valor ligeiramente inferior ao registrado no exercício anterior (R\$ 202.426.087,75). Essas receitas correspondem às operações realizadas entre órgãos e entidades da própria administração pública municipal, sendo utilizadas para fins de consolidação das contas públicas.

Gráfico 1 – Comprometimento da Receita Corrente

 **Comprometimento da receita corrente com a despesa corrente empenhada + amortização da dívida - acumulado no ano até 6º bimestre - 2025**
Em %.



Fonte: Painel Municipal - <https://www.painelmunicipal.com.br/painelmunicipal/loginPainel.aspx>

Considerações Finais

A análise da execução da receita no exercício de 2025 evidencia crescimento do total arrecadado, impulsionado principalmente pelo desempenho positivo das receitas correntes, em especial das receitas tributárias e patrimoniais.

Observa-se, contudo, redução significativa nas receitas de capital, especialmente nas operações de crédito, o que pode indicar postura fiscal mais cautelosa quanto à utilização de endividamento para financiamento das ações governamentais.

De modo geral, a estrutura da arrecadação municipal mantém predominância das receitas correntes, característica que contribui para maior previsibilidade e sustentabilidade fiscal. Entretanto, permanece elevada a dependência de transferências intergovernamentais, evidenciando a importância desses recursos para o financiamento das políticas públicas municipais.

Tabela 6 – Demonstrativo da Previsão e Realização de Receitas Orçamentárias

Categoria Econômica	Receita	
	Previsão Atualizada	Arrecadada
I - Receitas do Tesouro	1.840.385.396,41	1.573.040.585,26
I.1 - Receitas Correntes	1.595.546.472,68	1.499.546.638,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	276.867.847,00	364.313.106,95
Contribuições	30.814.300,00	29.335.377,19
Receita Patrimonial	127.289.974,70	47.677.051,31
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	17.440.851,00	1.193.481,61
Transferências Correntes	1.142.596.077,98	1.052.703.835,29
Outras Receitas Correntes	537.422,00	4.323.785,98
I.2 - Receitas de Capital	244.838.923,73	73.493.946,93
Operações de Crédito	175.000.000,00	18.704.024,12
Alienação de Bens	600.000,00	0
Amortização de Empréstimos	0	0
Transferências de Capital	69.238.923,73	54.789.922,81
Outras Receitas de Capital		
II - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores		
III - Excesso de Arrecadação		
IV - Superávit/Déficit		

Fonte: Sistema REBWEB

Análise do Resultado

O Demonstrativo da Previsão e Realização das Receitas Orçamentárias evidencia o comportamento da arrecadação em relação às estimativas constantes na Lei Orçamentária Anual, já consideradas as atualizações ocorridas no decorrer do exercício, permitindo avaliar o grau de aderência entre o planejamento fiscal e a execução efetiva.

No exercício analisado, as **Receitas do Tesouro** totalizaram R\$ 1.573.040.585,26 frente à previsão atualizada de R\$ 1.840.385.396,41, configurando frustração global de arrecadação. O resultado indica que a receita efetivamente realizada não atingiu o montante estimado, especialmente em função do desempenho das Receitas de Capital.

As **Receitas Correntes** alcançaram R\$ 1.499.546.638,33, ante previsão atualizada de R\$ 1.595.546.472,68, demonstrando realização inferior ao previsto, embora mantenham elevada representatividade na estrutura da receita municipal.

No grupo de **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**, verificou-se arrecadação superior à estimativa, com realização de R\$ 364.313.106,95 frente à previsão de R\$ 276.867.847,00, evidenciando desempenho positivo da arrecadação própria. O resultado indica maior eficiência na gestão tributária, possivelmente associada a ações de fiscalização, atualização cadastral e aprimoramento dos mecanismos de cobrança.

As **Contribuições** apresentaram leve frustração, com arrecadação de R\$ 29.335.377,19 frente à previsão de R\$ 30.814.300,00, mantendo relativa estabilidade e sem impacto significativo na composição das receitas.

A **Receita Patrimonial** registrou arrecadação significativamente inferior à previsão, alcançando R\$ 47.677.051,31 ante o montante estimado de R\$ 127.289.974,70. A variação indica superestimação inicial ou frustração de rendimentos financeiros e demais receitas patrimoniais previstas para o exercício.

A **Receita de Serviços** apresentou frustração relevante, com arrecadação de R\$ 1.193.481,61 frente à previsão de R\$ 17.440.851,00, demonstrando desempenho substancialmente inferior ao esperado, o que recomenda análise quanto às causas administrativas, operacionais ou eventuais reclassificações contábeis.

As **Transferências Correntes** totalizaram R\$ 1.052.703.835,29 ante previsão de R\$ 1.142.596.077,98, caracterizando frustração moderada. O resultado reforça que parte significativa da receita municipal depende de repasses intergovernamentais, sujeitos a variáveis macroeconômicas e normativas externas à gestão local. Em contrapartida, as **Outras Receitas Correntes** superaram de forma expressiva a estimativa, com arrecadação de **R\$ 4.323.785,98** frente à previsão de **R\$ 537.422,00**, configurando excesso de arrecadação nesse grupo.

As **Receitas de Capital** apresentaram desempenho substancialmente inferior ao previsto, com arrecadação de **R\$ 73.493.946,93** frente à previsão atualizada de **R\$ 244.838.923,73**, sendo este o principal fator da frustração global da receita. Destaca-se a expressiva diferença nas **Operações de Crédito**, cuja realização foi de **R\$ 18.704.024,12** ante previsão de **R\$ 175.000.000,00**. O resultado demonstra que os financiamentos inicialmente estimados não se concretizaram integralmente no exercício, seja por decisão estratégica de não contratação, seja por fatores operacionais ou condicionantes legais.

As **Transferências de Capital** alcançaram **R\$ 54.789.922,81** frente à previsão de R\$ 69.238.923,73, evidenciando frustração parcial. As receitas provenientes de **Alienação de Bens** e **Amortização de Empréstimos** não se realizaram no período analisado.

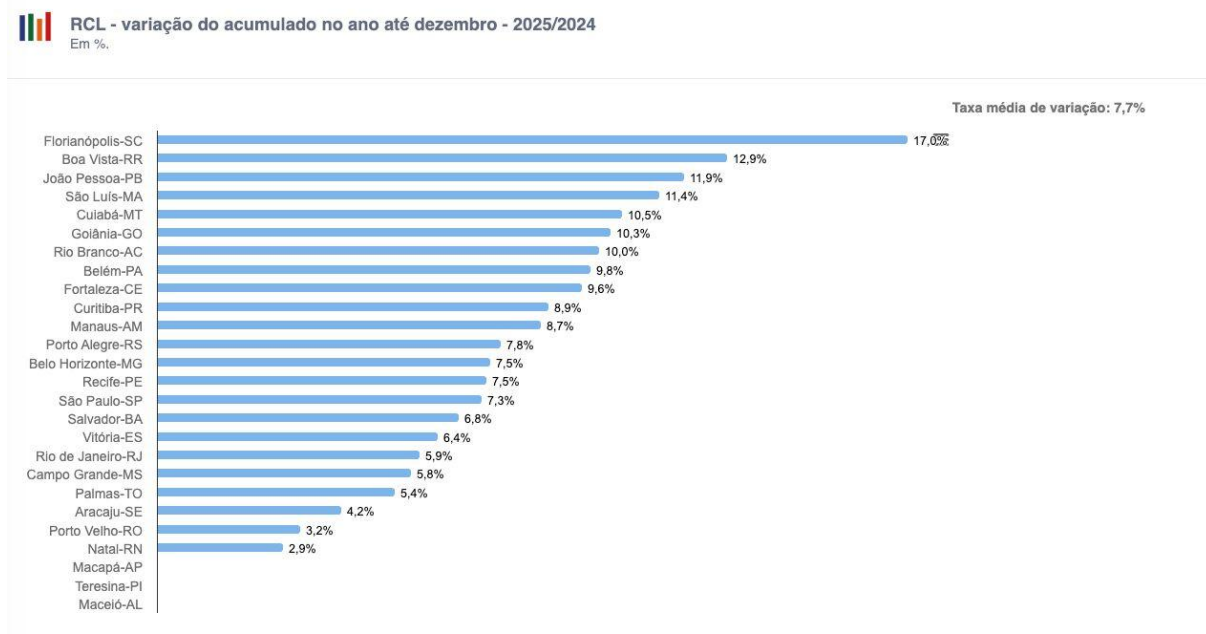
Considerações Finais

A análise do demonstrativo evidencia que a arrecadação total do exercício ficou abaixo da previsão atualizada, sobretudo em razão do desempenho das Receitas de Capital, especialmente das Operações de Crédito, bem como da frustração observada na Receita Patrimonial e na Receita de Serviços.

Por outro lado, o desempenho superior ao previsto dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria e das Outras Receitas Correntes demonstra fortalecimento da arrecadação própria, o que contribuiu para mitigar parcialmente os efeitos da frustração nas demais rubricas.

Os resultados indicam a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos critérios de estimativa de receitas, especialmente no tocante às operações de crédito e às receitas patrimoniais, de modo a alinhar o planejamento orçamentário à efetiva capacidade de arrecadação, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal, do equilíbrio das contas públicas e da fidedignidade das projeções fiscais.

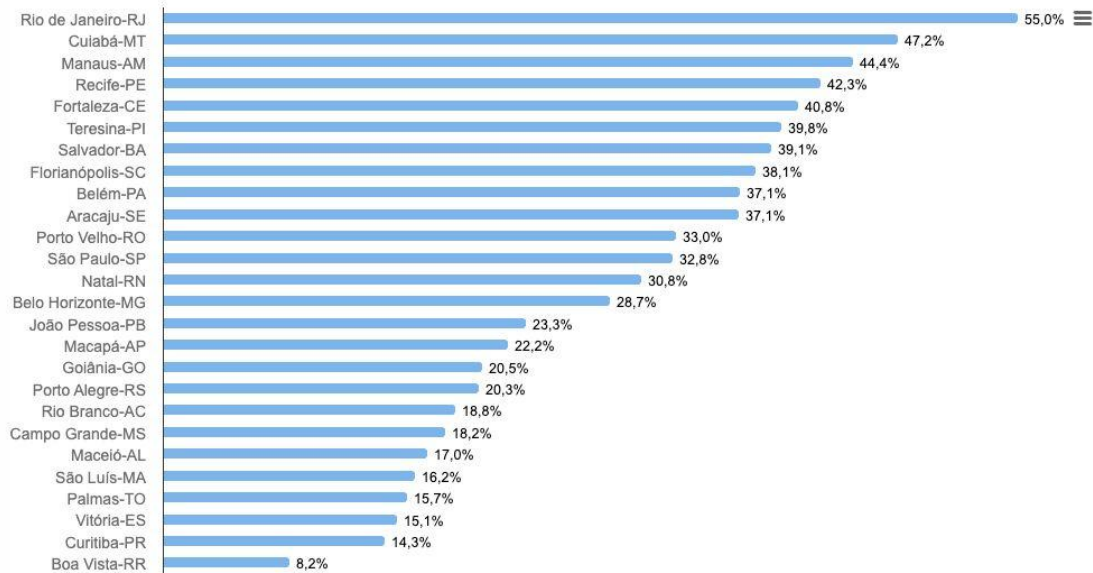
Gráfico 2 – Variação do Acumulado da Receita Corrente Líquida



Fonte: Painel Municipal - <https://www.painelmunicipal.com.br/painelmunicipal/loginPainel.aspx>

A variação da **Receita Corrente Líquida (RCL)** acumulada até dezembro de 2025, em comparação ao exercício de 2024, demonstra desempenho positivo do município de **Rio Branco**, que registrou crescimento de **10,0%**, situando-se acima da **média nacional das capitais, estimada em 7,7%**. Esse resultado posiciona o município entre as capitais com melhor evolução da capacidade arrecadatória no período, superando cidades como **Curitiba**, **Manaus** e **São Paulo**, evidenciando fortalecimento das receitas correntes e maior capacidade de financiamento das políticas públicas municipais.

Gráfico 3 – Variação do Acumulado da Receita Corrente Líquida


Dívida consolidada bruta em relação a RCL - 2025
Em %


Fonte: Painel Municipal - <https://www.painelmunicipal.com.br/painelmunicipal/loginPainel.aspx>

A análise da relação entre a **Dívida Consolidada Bruta e a Receita Corrente Líquida (RCL)** evidencia o nível de endividamento dos municípios e sua capacidade de gestão fiscal. No exercício de **2025**, o município de **Rio Branco** apresentou percentual de **18,8% da dívida consolidada em relação à RCL**, posicionando-se entre as capitais brasileiras com menor comprometimento de suas receitas com obrigações de longo prazo. Esse resultado demonstra situação fiscal equilibrada e adequada capacidade de gestão do endividamento público, mantendo-se amplamente abaixo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que regulamentam os parâmetros de endividamento dos entes federativos.

4.2. Despesas

Tabela 7 – Programação das Despesas Correntes

ORIGEM DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS		Grupos de Despesas Correntes					
		Pessoal e Encargos Sociais		Juros e Encargos da Dívida		Outras Despesas Correntes	
		Despesa (R\$)					
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
Dotação Inicial LOA				43.753.652,00	33.888.443,29	33.550.057,00	19.634.830,88
Créditos	Suplementares			0		1.862.040,00	
	Especiais			0		0	
	Extraordinários			0		0	



	Cancelados			-9.865.208,71		-11.225.324,89	
Outras Operações							
Total				33.888.443,29	33.888.443,29	24.186.772,11	19.634.830,88

Fonte: Sistema REBWEB

Tabela 8 – Programação das Despesas de Capital

ORIGEM DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS		Grupos de Despesas de Capital					
		Investimentos		Inversões Financeiras		Amortização da Dívida	
		Despesa (R\$)					
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
Dotação Inicial LOA		1.022.874,00	0			43.396.413,00	21.698.872,42
Créditos	Suplementar	22.874,00	-	-	-	0	-
	Extraordinário	0	-	-	-	0	-
	Cancelados	-999.484,10	-	-	-	-21.697.540,58	-
Outras Operações			-	-	-	-	-
Total		46.263,90	0	-	-	21.698.872,42	21.698.872,42

Fonte: Sistema REBWEB

Análise do Resultado: Tabela - 7 Programação das Despesas Correntes

A Tabela 7 apresenta a programação das Despesas Correntes, evidenciando a dotação inicial fixada na Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais e os respectivos valores executados no exercício.

No grupo Outras Despesas Correntes, a dotação inicial fixada foi de R\$ 33.550.057,00, tendo sido executado o montante de R\$ 19.634.830,88. Observa-se a ocorrência de créditos suplementares no valor de R\$ 1.862.040,00 e cancelamentos que impactaram o saldo das dotações inicialmente autorizadas.

O comportamento da execução indica utilização parcial da dotação disponível, revelando que parte das despesas inicialmente previstas não se concretizou no exercício, seja por reavaliação de prioridades, economia orçamentária ou ajustes decorrentes do acompanhamento da arrecadação.

No grupo Juros e Encargos da Dívida, a execução acompanhou a programação estabelecida, demonstrando regularidade no cumprimento das obrigações financeiras do Município.

De forma geral, verifica-se que a gestão das despesas correntes foi conduzida com controle e monitoramento contínuo das dotações, utilizando-se de créditos adicionais e cancelamentos como instrumentos de ajuste orçamentário, em consonância com a dinâmica da execução fiscal ao longo do exercício.

Análise do Resultado: Tabela 8 - Programação das Despesas de Capital

A Tabela 8 evidencia a programação das Despesas de Capital, compreendendo Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, detalhando a dotação inicial, os créditos adicionais e a execução.

No grupo Investimentos, a dotação inicial foi de R\$ 1.022.874,00, tendo ocorrido suplementação de R\$ 22.874,00 e cancelamentos no valor de R\$ 999.484,10,

resultando em dotação final de R\$ 46.263,90. Não houve execução no período, indicando que os investimentos previstos foram objeto de reprogramação ou priorização de outras despesas ao longo do exercício.

Quanto à Amortização da Dívida, a dotação inicial fixada foi de R\$ 43.396.413,00, com execução de R\$ 21.698.872,42. Observa-se a ocorrência de cancelamento parcial de dotação, ajustando o valor autorizado à efetiva necessidade de pagamento da dívida no exercício. A execução demonstra cumprimento regular das obrigações relativas ao serviço da dívida pública.

Não houve movimentação no grupo de Inversões Financeiras, indicando ausência de operações dessa natureza no exercício analisado.

Considerações Técnicas Conjuntas (Tabelas 7 e 8)

A análise da programação das despesas correntes e de capital evidencia que a gestão orçamentária adotou postura prudente, com utilização de créditos adicionais e cancelamentos como mecanismos de adequação das dotações às condições efetivas de arrecadação e às prioridades administrativas.

Observa-se maior concentração da execução nas despesas correntes e na amortização da dívida, enquanto os investimentos apresentaram execução reduzida, possivelmente em razão da frustração de receitas de capital verificada no exercício.

O comportamento das dotações demonstra alinhamento entre a execução da despesa e a disponibilidade financeira, contribuindo para a manutenção do equilíbrio fiscal e para o cumprimento das obrigações legais do Município.

Tabela 9 – Despesa Total do Órgão

Especificação	Despesa (R\$ mil)	
	Empenhada	Paga
Licitação e Contratação (I=1+...+11)	7.317.880,51	7.048.406,14
1. Tomada de Preços	-	-
2. Concorrência	-	-
3. Concurso	-	-
4. Leilão/Registro de Preços	-	-
5. Pregão	6.503.221,98	6.234.963,72
6. Diálogo Competitivo	-	-
7. Adesão a Registro de Preços	-	-
8. Dispensa em razão do valor	98.894,60	98.894,46
9. Dispensa de Licitação	-	-
10. Inexigibilidade	715.763,93	714.547,96
11. Credenciamento	-	-
Diárias (II)	35.507,99	35.507,99
Convênios de Despesas (III)	-	-
Suprimento de Fundos (IV)	-	-
Outras Despesas (V)	-	-
Despesa Total do Órgão (VI = I+...+V)	R\$ 7.353.388,50	R\$ 7.073.914,13

Fonte: Sistema REBWEB

Análise do Resultado Alcançado

A execução da despesa total da Secretaria Municipal de Finanças no exercício de 2025 demonstra compatibilidade entre as necessidades operacionais do órgão e a programação orçamentária autorizada.

Conforme a Tabela 9, a Despesa Total do Órgão alcançou o montante de R\$ 7.353.388,50 empenhados, dos quais R\$ 7.073.914,13 foram efetivamente pagos, evidenciando elevado nível de execução financeira e adequada capacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

Observa-se que a maior parcela da despesa se concentrou no grupo Licitação e Contratação, que totalizou R\$ 7.317.880,51 empenhados e R\$ 7.048.406,14 pagos, representando aproximadamente 99,52% da despesa total empenhada, o que demonstra que a execução orçamentária esteve essencialmente vinculada às aquisições e contratações necessárias ao funcionamento administrativo e operacional da Secretaria.

1. Execução das Contratações Públicas

As despesas decorrentes de procedimentos licitatórios e contratações públicas constituíram o principal componente da execução orçamentária do órgão no exercício.

Dentre as modalidades utilizadas, destacam-se:

- Pregão: Empenho de R\$ 6.503.221,98 e pagamento de R\$ 6.234.963,72, correspondendo à principal forma de contratação adotada. A predominância do pregão evidencia priorização de modalidade competitiva, com foco na economicidade, padronização das aquisições e ampliação da competitividade.
- Dispensa em razão do valor: Empenho de R\$ 98.894,60 e pagamento de R\$ 98.894,46, indicando utilização pontual para atendimento de demandas de pequeno vulto, em conformidade com os limites legais.
- Inexigibilidade: Empenho de R\$ 715.763,93 e pagamento de R\$ 714.547,96, relacionados a contratações que demandaram fornecedor exclusivo ou serviços técnicos especializados, conforme previsão legal.

Não houve execução nas demais modalidades listadas.

O padrão de execução revela elevado percentual de pagamento em relação ao valor empenhado, indicando regularidade na liquidação das despesas e adequado acompanhamento contratual.



2. Outras Despesas

- Diárias: Total empenhado e pago de R\$ 35.507,99, demonstrando controle na concessão e utilização restrita às necessidades institucionais.
- Convênios de Despesas, Suprimento de Fundos e Outras Despesas: Não houve execução orçamentária nessas categorias no exercício, evidenciando concentração dos recursos nas despesas diretamente vinculadas às atividades administrativas e contratuais do órgão.

3. Eficiência da Execução Orçamentária e Financeira

A diferença entre os valores empenhados e pagos foi reduzida (aproximadamente 3,80% da despesa total), indicando:

- Regularidade no fluxo financeiro;
- Baixo volume potencial de restos a pagar;
- Eficiência na liquidação das despesas;
- Monitoramento adequado dos contratos vigentes.

A predominância do pregão como principal modalidade de contratação reforça a adoção de procedimento competitivo estruturado, alinhado às boas práticas de governança e controle interno.

Conclusão

A execução da despesa total da Secretaria Municipal de Finanças em 2025 apresentou desempenho satisfatório, com elevado grau de execução financeira e aderência à programação orçamentária autorizada.

A concentração das despesas em contratações públicas demonstra que os recursos foram direcionados prioritariamente à manutenção das atividades institucionais do órgão, enquanto o reduzido diferencial entre empenhado e pago evidencia eficiência na gestão financeira.

Recomenda-se a continuidade do planejamento antecipado das contratações, bem como o monitoramento sistemático da execução contratual e financeira, visando manter o equilíbrio orçamentário e a sustentabilidade fiscal nos exercícios subsequentes.

5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO:

Demandas Recebidas na Diretoria de Gestão Administrativa: No período compreendido entre janeiro a dezembro de 2025, a Diretoria de Gestão Administrativa da SEFIN formalizou um total de 24 (vinte e quatro) contratos administrativos oriundos de licitatórios, adesões, dispensas e inexigibilidades, conforme abaixo relacionados

Tabela 10 – Contratações no Exercício 2025

DEMONSTRATIVO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - COMPRAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA										
Item	Modalidade	Objeto	Nº do Contrato	Parte Contratada	Data da Assinatura	Início da Vigência	Término da Vigência	Valor Inicial do Contrato	Valor do Contrato + Reaj/Acres	Executado no exercício de referência
1	Pregão Eletrônico SRP	Aquisição de material permanente, Veículos tipo Motocicletas, conforme programa de trabalho Manutenção das Atividades do Programa IPTU em Dia da Prêmios	01080001/2025	STAR MOTOS LTDA	06/01/2025	06/01/2025	31/12/2025	35.700,00	44.625,00	44.625,00
2	Pregão Eletrônico SRP	Aquisição de material permanente eletrônicos Televisão Smart TV LED 4K 50" POLEGADAS, conforme programa de trabalho Manutenção das Atividades do Programa IPTU em Dia da Prêmios	01080002/2025	REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA	06/01/2025	06/01/2025	31/12/2025	22.788,00	22.788,00	22.788,00
3	Pregão Eletrônico SRP	Aquisição de material permanente veículo tipo Hatch passeio, conforme programa de trabalho Manutenção das Atividades do Programa IPTU em Dia da Prêmios	01080003/2025	ULSAN COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA	07/01/2025	07/01/2025	31/12/2025	177.680,00	177.680,00	-
4	Pregão Presencial SRP	Contratação de empresa para sob demanda prestar serviços de fornecimento de alimentação (almoço, jantar, coffee break, café da manhã e Kit lanche e outros)	01080004/2025	CELIO PEREIRA LTDA	13/01/2025	13/01/2025	13/01/2026	158.900,00	158.900,00	64.996,00
5	Chamamento Público	Contratação de instituições bancárias, bancos múltiplos, cooperativas de crédito e similares com fornecimento de programa (software) para prestação de serviços de recebimentos de arrecadação de tributos municipais e demais receitas	01080005/2025	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A	13/01/2025	13/01/2025	13/01/2026	130.747,00	130.747,00	11.139,62
6	Chamamento Público	Contratação de instituições bancárias, bancos múltiplos, cooperativas de crédito e similares com fornecimento de programa (software) para prestação de serviços de recebimentos de arrecadação de tributos municipais e demais receitas	01080006/2025	ITAÚ UNIBANCO S.A	15/01/2025	15/01/2025	15/01/2026	130.746,00	130.746,00	4.828,91
7	Chamamento Público	Contratação de instituições bancárias, bancos múltiplos, cooperativas de crédito e similares com fornecimento de programa (software) para prestação de serviços de recebimentos de arrecadação de tributos municipais e demais receitas	01080007/2025	BANCO DA AMAZÔNIA S.A	13/01/2025	13/01/2025	13/01/2026	130.746,00	130.746,00	2.394,85
8	Chamamento Público	Contratação de instituições bancárias, bancos múltiplos, cooperativas de crédito e similares com fornecimento de programa (software) para prestação de serviços de recebimentos de arrecadação de tributos municipais e demais receitas	01080008/2025	COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS – SICREDI BIOMAS	15/01/2025	15/01/2025	15/01/2026	130.746,00	130.746,00	8.417,92
9	Chamamento Público	Contratação de instituições bancárias, bancos múltiplos, cooperativas de crédito e similares com fornecimento de programa (software) para prestação de serviços de recebimentos de arrecadação de tributos municipais e demais receitas	01080010/2025	BANCO BRADESCO S.A	13/01/2025	13/01/2025	13/01/2026	130.746,00	130.746,00	3.019,65
10	Chamamento Público	Contratação de instituições bancárias, bancos múltiplos, cooperativas de crédito e similares com fornecimento de programa (software) para prestação de serviços de recebimentos de arrecadação de tributos municipais e demais receitas	01080009/2025	CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A	13/01/2025	14/01/2025	14/01/2026	130.746,00	130.746,00	-
11	Inexigibilidade de Licitação	Locação de um imóvel situado na Avenida Nações Unidas, s/n, Bairro Estação Experimental, no Município de Rio Branco/AC, objeto da matrícula nº 1878, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco, destinado à acomodação de materiais, equipamentos e mobiliários.	01080011/2025	Etenge Empresa de Engenharia em Eletricidade e Com LTDA	05/02/2025	01/02/2025	01/02/2026	196.692,36	196.692,36	163.910,30

SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS
SEFIN



PREFEITURA DE
RIO BRANCO
PRODUÇÃO, EMPREGO E DIGNIDADE

12	Chamamento Público	Prestação de serviços de recebimentos de arrecadação de tributos municipais e demais receitas públicas	01080012/2025	BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A	07/02/2025	07/02/2025	07/02/2026	130.746,00	130.746,00	157,40
13	Pregão Presencial SRP	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de alimentação (almoço, Jantar, coffe break, café da manhã e kit lanche e outros.	01080013/2025	AFA ABRAHÃO LTDA	20/05/2025	20/05/2025	20/05/2026	83.375,00	83.375,00	-
14	Inexigibilidade de Licitação	Prestação dos serviços de revisão veicular, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN e Secretaria Municipal de Planejamentos – SEPLAN.	01080014/2025	AGRO NORTE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	01/04/2025	01/04/2025	05/08/2025	7.988,78	7.988,78	7.988,78
15	Dispensa de Licitação	Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	01080015/2025	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA (SIMPLES NACIONAL)	29/04/2025	02/05/2025	31/12/2025	20.120,16	20.120,16	20.120,16
16	Dispensa de Licitação	Aquisição de material de consumo (Água mineral em garrafa de 20L, água Mineral em garrafa pet contendo 500ml, água em copos pet contendo 300ml)	01080016/2025	AUGUSTO S. DE ARAÚJO – EIRELI	09/05/2025	13/05/2025	13/07/2025	3.012,00	3.012,00	3.012,00
17	Inexigibilidade de Licitação	Fornecimento de assinatura de ferramenta (Banco de Preços) para pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.	01080017/2025	NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	06/06/2025	06/06/2025	06/06/2026	15.375,00	15.375,00	15.350,00
18	Dispensa de Licitação	Aquisição de material de consumo (medalhas e troféus), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, por ocasião da premiação do Concurso de Redação de Educação Fiscal.	01080018/2025	H. J. RODRIGUES FILHO	09/09/2025	09/09/2025	09/11/2025	1.280,00	1.280,00	1.280,00
19	Inexigibilidade de Licitação	Serviços de manutenção corretiva e preventiva do Veículo Aéreo não tripulado - VANT	01080019/2025	SANTIAGO E CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	14/11/2025	14/11/2025	14/01/2026	4.968,00	4.968,00	4.968,00
20	Dispensa de Licitação	Prestação de serviços de seguro total para veículo da Secretaria Municipal de Finanças, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), bem como ainda com cobertura a terceiros (danos materiais e morais), acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 (vinte e quatro) horas	01080020/2025	MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	14/11/2025	14/11/2025	14/11/2026	41.878,31	41.878,31	5.732,39
21	Dispensa de Licitação	Prestação de serviços de outsourcing de impressão, compreendendo o fornecimento de equipamentos de reprografia/impressão/digitalização, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica e suprimentos necessários	01080021/2025	AMAZONAS COPIADORAS LTDA	25/11/2025	15/11/2025	25/02/2026	82.400,00	82.400,00	26.445,47
22	Inexigibilidade de Licitação	contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS	01080022/2025	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	24/11/2025	01/12/2025	01/12/2026	350.000,00	350.000,00	-
23	Dispensa de Licitação	Prestação de serviço de locação de equipamentos de informática (estações de trabalho, nobreaks e notebooks), com fornecimento de insumos (peças e outros), manutenção corretiva, manutenção preventiva e demais componentes para o perfeito funcionamento das mesmas	01080023/2025	C. COM INFORMÁTICA IMP. EXP. COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	01/12/2025	02/12/2025	02/03/2026	89.257,32	89.257,32	29.752,44
24	Inexigibilidade de Licitação	Contratação de Acesso ao Sistema Web Gestão Tributária - GT Fácil, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN	01080024/2025	OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA	03/12/2025	03/12/2025	03/12/2026	14.388,00	14.388,00	14.388,00
TOTAL								2.221.025,93	2.229.950,93	455.314,89

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa

A esses números devem se somar a 22 (vinte e dois) contratos administrativos de anos anteriores, vigentes no exercício 2025, conforme abaixo relacionados:

Tabela 11 – Contratações em Exercícios Anteriores

DEMONSTRATIVO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - COMPRAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA											
Item	Modalidade	Objeto	Nº do Contrato	Parte Contratada	Data da Assinatura	Início da Vigência	Término da Vigência	Valor Inicial do Contrato	Executado até o exercício anterior	Executado no exercício de referência	Total acumulado
1	Inexigibilidade de Licitação	Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA (SIMPLES NACIONAL)	04/05/2021	04/04/2021	04/04/2022	23.115,00	29.462,41	57.359,28	10.060,09	67.419,37

SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS
SEFIN



2	Inexigibilidade de Licitação	Produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	16/08/2021	16/08/2021	06/08/2022	350.000,00	350.000,00	472.638,01	267.385,59	740.023,60
3	Adesão a Ata de Registro de Preços	Outsourcing de impressão sustentável através com equipamentos reprográficos/impressão/digitalização	AMAZONAS COPIADORA LTDA	14/10/2021	14/10/2021	14/10/2022	255.000,00	255.000,00	460.295,28	146.197,45	606.492,73
4	Adesão a Ata de Registro de Preços	Serviços de locação de equipamentos de informática (estação de trabalho, nobreak, impressora a laser multifuncional monocromática e colorida, notebook) com fornecimento de insumos e manutenção.	I9 SOLUÇÕES DO BRASIL LTDA	22/11/2021	01/12/2021	01/12/2022	242.709,72	383.340,24	670.157,38	311.459,26	981.616,64
5	Pregão Eletrônico SRP	Prestação de Serviços Terceirizados-Apoio Técnico Administrativo e Operacional (Atividade Meio) de Natureza Contínua	F. M. TERCERIZAÇÃO EIRELI	11/02/2022	11/02/2022	11/02/2023	4.090.270,80	6.072.645,48	10.643.967,84	4.756.009,72	15.399.977,56
6	Inexigibilidade de Licitação	Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de solução corporativa de geoprocessamento e serviços especializados.	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	14/03/2022	14/03/2022	14/03/2026	2.470.424,50	2.470.424,50	282.971,87	26.847,60	309.819,47
7	Adesão a Ata de Registro de Preços	Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em aparelhos de ar-condicionados, bebedouros, geladeiras e frigobar, incluindo a substituição de peças	ACRE FRIO AR-CONDICIONADO LTDA	12/09/2022	12/09/2022	12/09/2023	72.500,00	72.500,00	72.843,58	94.935,32	167.778,90
8	Pregão Eletrônico SRP	Serviços de transporte, em veículo tipo ônibus, com capacidade mínima de 40 lugares, com condutor e combustível, para transporte de crianças participantes do XIII Concurso de Redação Educação Fiscal	DAMASCENO & CIA LTDA	30/11/2022	01/12/2022	01/12/2023	100.000,00	104.859,00	108.000,00	60.818,22	168.818,22
9	Adesão a Ata de Registro de Preços	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças/insumos, acessórios e mão de obra, da frota de veículos oficiais da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN	R. DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA -ME	01/12/2022	02/12/2022	02/12/2023	149.500,00	149.500,00	31.877,23	36.129,37	68.006,60
10	Pregão Eletrônico SRP	Serviço de transporte, veículo tipo passeio com condutor, para atender as demandas operacionais da SEFIN	DEBORA MUNIZ DE OLIVEIRA COSTA	17/04/2023	17/04/2023	17/04/2024	42.000,00	42.000,00	70.000,00	14.000,00	84.000,00
11	Inexigibilidade de Licitação	Consultoria e Assessoria Tributária para atualização do Código Tributário do Município de Rio Branco e a capacitação dos servidores da Secretaria Municipal de Finanças	MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA - ME	25/05/2023	25/05/2023	25/04/2024	69.000,00	69.000,00	34.500,00	17.000,00	51.500,00
12	Chamamento Público	Prestação de serviços de empresa operadora de cartão de crédito	COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO ACRE LTDA	26/09/2023	26/09/2023	26/09/2024	251.754,88	314.693,60	345.528,39	455.728,37	801.256,76
13	Pregão Presencial SRP	Prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI.	INNOVE ARQUITETURA E ENGENHARIA EIRELI	23.04.2024	23/04/2024	23/04/2025	1.000.000,00	1.000.000,00	705.282,97	300.000,00	1.005.282,97
14	Pregão Eletrônico SRP	Serviços reprográficos e manutenção de chaves e fechaduras (cópias, fotocópias, encadernação, plotagem, plastificação, personalização, cópia de chaves, abertura e conserto de fechaduras, e outros)	S. L. DE CASTRO EIRELI	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2025	171.867,10	171.867,10	1.003,79	2.008,09	3.011,88

SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS
SEFIN



PREFEITURA DE
RIO BRANCO
PRODUÇÃO, EMPREGO E DIGNIDADE

15	Pregão Eletrônico SRP	Serviços reprográficos e manutenção de chaves e fechaduras (cópias, fotocópias, encadernação, plotagem, plastificação, personalização, cópia de chaves, abertura e conserto de fechaduras, e outros)	CIPRIANI & CIPRIANI LTDA – ME	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2025	11.550,40	11.550,40	380	120	500
16	Adesão a Ata de Registro de Preços	Serviços de agenciamento de viagens, especializada em emissão de passagens aéreas nacionais e intermunicipais	KENNEDY DE SOUZA OLIVEIRA – RIO BRANCO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO	03/05/2024	03/05/2024	03/05/2025	250.000,00	250.000,00	17.971,21	94.937,25	112.908,46
17	Dispensa de Licitação	Serviços de lavagem de veículos da frota da SEFIN	A. L. P. GUTIERREZ (GOLDCAR ESTETICA AUTOMOTIVA PREMIUM)	06/06/2024	06/06/2024	06/06/2025	9.050,00	9.050,00	540	3.450,00	3.990,00
18	Dispensa de Licitação	Serviços de seguro total para veículo (L200 TRITON)	SURA SEGUROS S.A.	26/06/2024	26/06/2024	26/06/2025	9.894,54	9.894,54	3.884,54	-	3.884,54
19	Inexigibilidade de Licitação	Fornecimento de Ferramenta Gerencial para produzir cenários de acompanhamento e planejamento financeiro e tributário	AEQUUS CONSULTORIA ECONÔMICA E SISTEMAS S/S LTDA	02/07/2024	02/07/2024	02/07/2025	378.000,00	378.000,00	126.000,00	378.000,00	504.000,00
20	Dispensa de Licitação	Contratação do Serviço Nacional de Proteção ao Crédito – SPC	CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE PORTO VELHO-CDL	08/08/2024	08/08/2024	08/08/2025	27.228,00	27.228,00	6.418,00	9.102,00	15.520,00
21	Adesão a Ata de Registro de Preços	Locação de Equipamentos de Informática (Desktop tipo I, II e III, Monitor, Notebook, Nobreak e Scanner), manutenção corretiva e preventiva e demais componentes	C. COM INFORMÁTICA IMP. EXP. COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	01/11/2024	01/11/2024	01/11/2025	239.732,52	239.732,52	32.020,62	180.103,04	212.123,66
22	Pregão Presencial SRP	Prestação de serviços de confecção de placas de inauguração em material acrílico e foto corrosão, letras em chapa de aço inox e galvanizada entre outros materiais	O. MILANIN NETO LTDA	08/11/2024	08/11/2024	08/11/2025	212.120,00	212.120,00	50.528,00	109.337,00	159.865,00
TOTAL							10.425.717,46	12.622.867,79	14.194.167,99	7.273.628,37	21.467.796,36

5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO:

Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Finanças deu continuidade à execução do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, iniciativa de caráter permanente voltada à formação cidadã, à conscientização acerca da função social dos tributos e ao fortalecimento do controle social sobre a aplicação dos recursos públicos.

O programa tem como fundamento a Portaria Interministerial MF/MEC nº 413/2002 e encontra-se alinhado às diretrizes constitucionais e educacionais que reconhecem a educação fiscal como tema transversal no ensino básico, especialmente ao disposto no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

Desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEME, responsável pela coordenação pedagógica, o PMEF buscou sensibilizar os alunos da Rede Municipal de Ensino quanto à importância do pagamento de tributos, aos direitos e deveres do cidadão, à valorização do patrimônio público e à compreensão dos mecanismos de arrecadação, investimento e fiscalização dos recursos públicos.

No exercício de 2025, o programa alcançou 28 escolas municipais e 01 anexo, envolvendo aproximadamente 7.891 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, promovendo ações educativas contínuas ao longo do ano letivo.

XVI Concurso de Redação de Educação Fiscal – 2025

Como culminância das atividades pedagógicas desenvolvidas no ano letivo, foi realizado o XVI Concurso de Redação de Educação Fiscal – 2025, ocorrido em 28 de novembro de 2025, no Teatro Universitário da UFAC, com o tema:

“Educação Fiscal: o impacto que transforma vidas.”

O concurso teve como objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos pelos alunos, estimular a leitura e a escrita e reforçar a compreensão sobre direitos, deveres, cidadania, função social dos tributos e investimento dos recursos públicos na educação.

As produções foram elaboradas em sala de aula, sob supervisão dos professores e coordenadores pedagógicos, observando critérios formais de avaliação, tais como adequação ao gênero textual escolhido, fidelidade ao tema, ortografia, gramática,

organização e coerência textual, conforme estabelecido no Regulamento Oficial do concurso.

Gestão Contábil e Qualidade da Informação Fiscal

No exercício de 2025, a Diretoria de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN manteve atuação voltada ao fortalecimento da qualidade da informação contábil, à observância das normas aplicáveis ao setor público e ao cumprimento das obrigações de transparência fiscal.

As atividades desenvolvidas compreenderam o registro, consolidação e análise das informações contábeis da Administração Municipal, bem como a elaboração e publicação dos demonstrativos fiscais exigidos pela legislação vigente, especialmente aqueles previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Entre os instrumentos de transparência fiscal elaborados e publicados destacam-se o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e os demonstrativos fiscais encaminhados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No âmbito do controle social e da transparência da gestão fiscal, foram realizadas audiências públicas de avaliação das metas fiscais referentes ao 1º e 2º quadrimestres de 2025, em conformidade com o disposto no art. 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como resultado do aprimoramento contínuo dos procedimentos contábeis e fiscais, o Município de Rio Branco manteve, no exercício de 2025, nota CAPAG A+, indicador que reflete elevado nível de consistência das informações contábeis e fiscais encaminhadas aos sistemas nacionais de controle.

Em reconhecimento à qualidade das informações prestadas, a Prefeitura de Rio Branco foi destaque na Cerimônia de Premiação do III Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, promovido pela Secretaria do Tesouro Nacional e realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, no dia 15 de dezembro de 2025.

Esse resultado evidencia o compromisso da gestão municipal com a responsabilidade fiscal, a transparência e a confiabilidade das informações contábeis, elementos essenciais para o fortalecimento da governança pública e para a credibilidade das finanças municipais.

Responsabilidades da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN

Nos termos do Regulamento Oficial do XVI Concurso de Redação de Educação Fiscal – 2025, competiu à Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN a execução das

providências financeiras e logísticas necessárias à realização do certame, compreendendo:

1. Premiações Financeiras

A SEFIN foi responsável pela concessão das premiações pecuniárias aos participantes vencedores, mediante transferência bancária, conforme detalhamento abaixo:

- **Alunos vencedores:** R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para cada aluno, totalizando R\$ 33.600,00;
- **Professores orientadores:** R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada orientador, totalizando R\$ 28.000,00;
- **Coordenadores pedagógicos:** R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada coordenador, totalizando R\$ 28.000,00;
- **Gestores escolares:** R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada gestor escolar, totalizando R\$ 28.000,00.

As premiações visaram reconhecer o desempenho dos estudantes e valorizar o envolvimento da comunidade escolar na promoção da educação fiscal no âmbito da rede municipal de ensino.

2. Apoio Logístico e Estrutural

Além das premiações financeiras, a SEFIN assegurou a estrutura necessária à realização do evento de encerramento, contemplando:

- Confecção e entrega de **28 medalhas de honra ao mérito** destinadas aos alunos vencedores;
- Disponibilização de **28 troféus** para as torcidas escolares;
- Confecção de **28 banners** institucionais para as escolas participantes;
- Disponibilização de **28 ônibus** para o traslado dos alunos até o local do evento e posterior retorno às respectivas unidades escolares;
- Fornecimento de **1.015 kits lanche** aos participantes da solenidade.

Adicionalmente, a SEFIN prestou suporte administrativo, financeiro e operacional à cerimônia de premiação, garantindo a adequada organização do evento, a execução regular das despesas e a ampla divulgação institucional das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF.

Resultados Institucionais

O programa também contou com participação em eventos institucionais, como a Semana da Cidadania, e com a distribuição de cartilhas educativas, ampliando o alcance das ações de educação fiscal no ambiente escolar.

A execução do PMEAF em 2025 reafirmou o compromisso da Administração Tributária Municipal com:

- A formação de uma cultura de responsabilidade fiscal;
- A prevenção da sonegação;
- O fortalecimento do controle social;
- A promoção da ética e da cidadania;
- A aproximação entre Estado e sociedade.

Ao investir na educação fiscal desde os anos iniciais do ensino fundamental, o Município contribui para a construção de uma sociedade mais consciente, participativa e corresponsável pela gestão dos recursos públicos.

Figura 2 - Premiação do Concurso de Redação da Educação Fiscal



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB e Diretoria de Gestão Administrativa

6. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Diretoria de Administração Tributária é o Órgão responsável pelas Unidades de Execução da arrecadação dos impostos municipais. Conforme consta no Organograma da SEFIN, compõem a Diretoria de Administração Tributária as Divisões de Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana – IPTU, a Divisão de Cadastro Imobiliário, Divisão de Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, a Divisão de Fiscalização de Tributos Municipais, a Divisão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Divisão de Inteligência Fiscal e a Divisão de Cobrança Administrativa.

6.1. Programa IPTU EM DIA DÁ PRÊMIOS

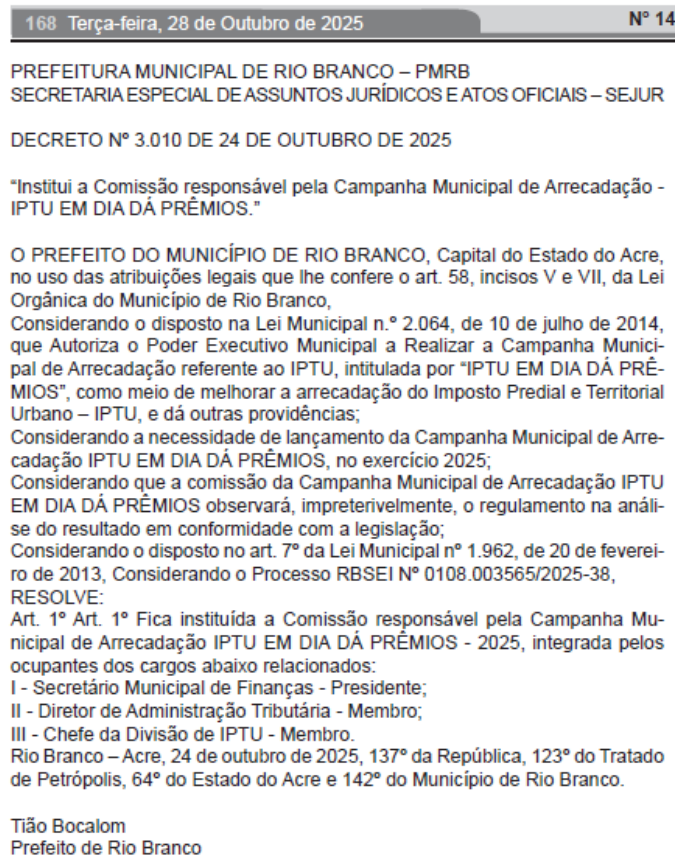
No exercício de 2025, a Administração Tributária Municipal retomou a **Campanha Municipal de Arrecadação “IPTU em Dia Dá Prêmios”**, como instrumento de incentivo à adimplência e fortalecimento da arrecadação própria do Município. A iniciativa, autorizada pela Lei Municipal nº 2.064/2014, foi operacionalizada por meio do **Decreto nº 3.010, de 24 de outubro de 2025**, que instituiu a Comissão responsável pela condução, acompanhamento e fiscalização da campanha.

A campanha teve como foco estimular o pagamento pontual do IPTU, aliando benefícios financeiros aos contribuintes adimplentes e ações de educação fiscal. Foram mantidas as políticas de desconto já consolidadas: **20% de desconto para contribuintes sem débitos de exercícios anteriores que optaram pelo pagamento à vista**, e **10% de desconto para aqueles com débitos anteriores que realizaram o pagamento à vista**. Nos casos de parcelamento de débitos de exercícios anteriores, não houve concessão de desconto, observando-se os critérios de responsabilidade fiscal e equilíbrio das contas públicas.

Como novidade, foi retomado o sorteio de prêmios entre os contribuintes em dia com suas obrigações tributárias, tendo sido previamente anunciado que o prêmio principal seria um **veículo automotor**, a exemplo da edição realizada em 2023. A Comissão da Campanha, composta pelo Secretário Municipal de Finanças, pelo Diretor de Administração Tributária e pelo Chefe da Divisão de IPTU, atuou de forma integrada, observando rigorosamente o regulamento e a legislação aplicável, desde a organização da campanha até a apuração dos resultados.

A retomada do programa “IPTU em Dia Dá Prêmios” reafirmou o compromisso da Secretaria Municipal de Finanças com a modernização da gestão tributária, a valorização do contribuinte adimplente e o incremento sustentável da arrecadação municipal, contribuindo para o financiamento das políticas públicas e a melhoria dos serviços prestados à população.

Figura 3 – Decreto nº 3.010/2025, que institui a Campanha IPTU EM DIA DÁ PRÊMIOS.



Remissão de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo para alagados em 2025 - Lei Complementar nº 346 de 30 de junho de 2025

No exercício de 2025, a Administração Tributária Municipal atuou de forma alinhada às diretrizes de justiça fiscal e sensibilidade social, destacando-se a implementação da Lei Complementar nº 346, de 30 de junho de 2025, que dispôs sobre a remissão do IPTU e da Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos incidentes sobre imóveis residenciais edificados atingidos por enchentes, inundações, alagamentos e/ou desbarrancamentos ocorridos no Município de Rio Branco entre os meses de fevereiro e março de 2025.

A medida teve como objetivo mitigar os impactos econômicos suportados pelos contribuintes afetados por eventos climáticos extremos, concedendo a remissão dos créditos tributários referentes ao exercício de 2025 para os imóveis que tiveram, comprovadamente, ao menos 40% de sua área territorial atingida. Coube à Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN a análise, instrução e decisão dos processos administrativos, com fundamento em informações técnicas fornecidas pelo Núcleo de Geotecnologia e pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, bem como na documentação apresentada pelos contribuintes que requereram o benefício.

A atuação da Administração Tributária envolveu a edição de orientações normativas, o recebimento e processamento dos requerimentos dentro do prazo legal, a verificação das provas apresentadas e, quando necessário, a realização de averiguações in loco, assegurando a correta aplicação da legislação, a observância dos limites legais do benefício e a preservação do interesse público. A iniciativa reforçou o papel institucional da SEFIN na adoção de medidas fiscais excepcionais em situações de calamidade, conciliando eficiência arrecadatória, legalidade e responsabilidade social.

Figura 4 – Lei Complementar nº 346/2025, que dispõe sobre Remissão de IPTU e Taxa de Remoção de lixos de 2025.

130 Terça-feira, 15 de Julho de 2025	Nº 14.064	DIÁRIO OFICIAL
<p>ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE PORTO WALTER GABINETE DO PREFEITO</p> <p>PORTARIA Nº 179/2025 DE 11 DE JULHO DE 2025. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO WALTER/AC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Estatuto de Servidor do Município: RESOLVE:</p> <p>Art. 1º - Conceder o quantitativo de 03 (três) diárias ao servidor (a), IRÍS CÉLIA NOGUEIRA DE ANDRADE, inscrito no CPF: 847.503.672-49, de Secretária de Assistência Social, em viagem para custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.</p> <p>Art. 2º - Fica designado ao servidor (a) público, do referido no art. 1º desta Portaria que se desloque de sua sede para o município de Cruzeiro do Sul, nos dias 14 a 16 de julho de 2025. Que irá participar da capacitação sobre a seca, pela COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.</p> <p>Art. 3º - Fica autorizada a Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura a realizar o pagamento correspondente, em conformidade a Lei Municipal nº 353/2021 de 12 de março de 2021 e Decreto nº 39 de 09 de janeiro de 2025.</p> <p>Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com afixação no átrio desta Municipalidade, revogando-se as disposições em contrário.</p> <p>Registra-se; Publique-se; Cumpra-se;</p> <p>SEBASTIÃO NOGUEIRA DE ANDRADE Prefeito Municipal</p> <p>Gabinete do Prefeito do Município de Porto Walter – Acre em 09 do mês de julho de Dois Mil e Vinte e cinco.</p>		<p>exercício de 2025, que tiveram área territorial afetada, maior ou igual a 40% (quarenta por cento), pelas enchentes, inundações, alagamentos e/ou desbarbamentos causados pelas chuvas ocorridas de fevereiro a março de 2025, no município de Rio Branco.</p> <p>§1º O contribuinte que se enquadre na previsão desta lei e que já tenha pago o IPTU 2025, total ou parcialmente, terá o crédito abatido do IPTU 2026, na forma de compensação.</p> <p>§2º O benefício a que se refere o art. 1º observará o limite de até 5 (cinco) vezes o valor da Unidade Fiscal do Município de Rio Branco – UFMRB, do ano de 2025.</p> <p>§3º Para fins de cálculo do limite estabelecido no §1º será considerado o valor da cota única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos.</p> <p>Art. 2º Consideram-se, para os efeitos desta lei complementar, imóveis atingidos por enchentes e alagamentos aqueles edificados que sofreram danos físicos ou danos nas instalações elétricas ou hidráulicas, decorrentes da invasão irresistível das águas.</p> <p>Parágrafo Único. A relação dos imóveis edificados afetados será apresentada pelo Núcleo de Geotecnologia e Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Município de Rio Branco – COMDEC e, posteriormente, encaminhada à Secretaria Municipal de Finanças SEFIN, o qual adotará como fundamento para o despacho concessivo do benefício.</p> <p>Art. 3º O contribuinte que possuir imóvel afetado por enchente, alagamento ou inundação não constante à relação prevista no Parágrafo Único do Art. 2º, poderá requerer via Processo Administrativo perante a SEFIN, instruído com a documentação comprobatória suficiente para averiguação do ocorrido/sinistro.</p> <p>Art. 4º Para efeitos de instrução processual constante no artigo anterior, sem prejuízo da averiguação in loco pelos órgãos responsáveis, são consideradas como provas:</p> <p>I - declaração, Laudo ou Parecer Técnico emitido pela Defesa Civil e/ou Corpo de Bombeiros;</p> <p>II - fotos tiradas pelo próprio solicitante ou terceiros, desde que seja possível identificar com certa precisão a data e o local do ocorrido;</p> <p>III - localização do ocorrido fornecida pelo geoposicionamento por satélite por GPS (Global Positioning System); e</p> <p>IV - declaração expressa do (s) signatário (s) de que os imóveis edificados atingidos por enchente, inundações causadas pelas chuvas e que sofreram danos previstos no art. 1º desta Lei Complementar.</p> <p>Art. 5º Os requerimentos e processos administrativos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar.</p> <p>§ 1º O requerimento será individual, e referente ao respectivo exercício tributário de 2025;</p> <p>§ 2º Os processos administrativos de que trata a presente Lei Complementar, serão encaminhados à SEFIN para a decisão concessiva ou denegatória de remissão dos créditos tributários, com fundamento nas provas apresentadas.</p> <p>Art. 6º O benefício concedido por esta Lei Complementar não gera direito adquirido, podendo ser revogado de ofício sempre que se apure qualquer irregularidade na sua concessão, cobrando-se o crédito atualizado e corrigido monetariamente.</p> <p>Art. 7º As normas, instruções e/ou orientações que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei Complementar devem ser expedidas mediante atos da SEFIN.</p> <p>Art. 8º Fica vedada a restituição dos valores já recolhidos a título de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos, referente ao exercício de 2025.</p> <p>Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.</p> <p>Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Rio Branco – Acre, 30 de junho de 2025, 137ª da República, 123ª do Tratado de Petrópolis, 64ª do Estado do Acre e 142ª do Município de Rio Branco.</p>
<p>ESTADO DO ACRE MUNICÍPIO DE PORTO WALTER DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS</p> <p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/2025 CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2025 CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR CPF: 701.853.432-10</p> <p>DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE CONDUTOR/MOTORISTAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NAS CATEGORIA 'C e D', OPERADORES DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE PORTO WALTER.</p> <p>DO VALOR: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)</p> <p>DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: O prazo de vigência da contratação vigorará de sua assinatura até o término do exercício financeiro na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>O prazo de vigência poderá, a critério da administração ser prorrogado, desde que este se manifeste vantajoso à ela.</p> <p>DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Elemento de despesa: 3.3.90.36.00 Fonte de Recurso: RP Porto Walter-Acre 11 de julho de 2025.</p> <p>Sebastião Nogueira de Andrade Prefeito Municipal</p>		
RIO BRANCO		
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS - SEJUR</p>	<p>Tião Bocalom Prefeito de Rio Branco</p>	
<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 346 DE 30 DE JUNHO DE 2025</p> <p>Dispõe sobre a Remissão do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos, incidente sobre os imóveis residenciais edificados atingidos por enchentes, inundações, alagamentos e/ou desbarbamentos causados pelas chuvas ocorridas no município de Rio Branco”.</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-ACRE Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1º Fica concedida a remissão do crédito tributário do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos para Imóveis residenciais edificados, referente ao</p>		<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR</p> <p>DECRETO Nº 2.333 DE 11 DE JULHO DE 2025</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, EM EXERCÍCIO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, Considerando o Decreto nº 1.130, de 06 de março de 2025, que estabeleceu a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA; Considerando o Processo RBSEI nº 0133.000005/2025-42, RESOLVE: Art. 1º Nomear Alexandre Lima Bardales, para exercer o cargo em comissão, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA, referência CC – 3.</p>

NÚCLEO CAC-OCA

O Núcleo CAC-OCA realiza atendimento presencial, mantendo contato direto e contínuo com os cidadãos que procuram a Prefeitura para a prestação de diversos serviços públicos.

Destaca-se que a demanda de atendimentos efetuados por este Centro não se restringe apenas à Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), à qual está administrativamente vinculado, abrangendo também solicitações destinadas às seguintes Secretarias: SEINFRA, SEMEIA, SDTI, SAFRA e SMCCI.

No exercício em referência, foi registrada uma demanda aproximada de 42.521 (quarenta e dois mil quinhentos e vinte e um) atendimentos, devidamente lançados no Sistema Sigonet — sistema de controle de senhas utilizado para organização, monitoramento e quantificação dos serviços prestados.

7 DIVISÃO DE CADASTRO FISCAL DE CONTRIBUINTES

No exercício de 2025, a Divisão de Cadastro Fiscal de Contribuintes desempenhou papel estratégico no fortalecimento da administração tributária municipal, especialmente no que se refere à manutenção e atualização da base cadastral, ao atendimento direto ao contribuinte e à operacionalização dos procedimentos de lançamento de taxas vinculadas ao licenciamento de atividades econômicas.

A Divisão atua diretamente no atendimento ao contribuinte, desenvolvendo atividades relacionadas à **REDESIM AC**, com a criação de novos cadastros e atualização dos já existentes, além da realização dos cálculos e lançamentos das taxas de Alvará de Funcionamento e Vigilância Sanitária — que constituem as principais atividades do setor.

Além dessas atribuições, também são processados pedidos de cancelamento de débitos por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assegurando regularidade e conformidade aos registros fiscais.

Principais atividades desenvolvidas:

- Criação e atualização de cadastros fiscais via REDESIM AC;
- Cálculo e lançamento de taxas de Alvará de Funcionamento e Vigilância Sanitária;
- Atendimento direto ao contribuinte;
- Processamento de cancelamentos de débitos via SEI.

Tais ações contribuíram diretamente para:

- Melhoria da qualidade e confiabilidade da base de dados municipal;
- Maior segurança jurídica nas operações empresariais;
- Eficiência na arrecadação tributária;

- Agilidade nos processos de formalização e regularização de empresas. A estrutura do setor contou com equipe composta por chefia, analistas técnicos — com atuação específica na REDESIM — e atendentes, possibilitando resposta eficiente às demandas administrativas e tributárias relacionadas à formalização e regularização de contribuintes no Município.

No aspecto quantitativo, foram realizados **11.897 cálculos** de lançamento de taxas ao longo do exercício de 2025, evidenciando elevado volume operacional e intensa demanda administrativa.

Observa-se concentração expressiva das atividades no início do exercício, com destaque para o mês de fevereiro, período em que ocorre aumento significativo da demanda na REDESIM, aliado ao lançamento em lote das empresas classificadas como Risco 1 (dispensadas) e Risco 2, bem como ao lançamento individual das atividades enquadradas como Risco 3.

Esse comportamento sazonal demonstra a necessidade de planejamento operacional específico para o primeiro trimestre do exercício, a fim de assegurar celeridade no atendimento e eficiência na execução dos procedimentos tributários.

Divisão de Fiscalização de Tributos Municipais

No exercício de 2025, a Divisão de Fiscalização de Tributos Municipais apresentou desempenho operacional consistente, consolidando-se como unidade estratégica no fortalecimento da arrecadação e no controle da conformidade tributária no âmbito municipal. A estrutura da divisão manteve perfil predominantemente técnico, composta por auditores fiscais, apoio administrativo e colaboradoras terceirizadas, o que contribuiu para a execução qualificada das atividades de auditoria e fiscalização tributária.

Desempenho Operacional (Sistema RBWEB): O volume de movimentação processual no sistema RBWEB reflete uma alta dinâmica de trabalho interno.

Movimentação Processual	Quantitativo
Processos Recebidos	872
Processos Aceitos	711
Processos Encaminhados	847
Processos Gerados	288
Processos Arquivados	326
Processos Físicos (papel)	11

A atuação fiscal concentrou-se, prioritariamente, na auditoria do ISSQN incidente sobre serviços de construção civil, com a realização de 265 procedimentos de lançamento, além da emissão de 29 ordens de serviço e 16 monitoramentos diretos.

Essa estratégia evidenciou direcionamento técnico voltado à recuperação de créditos tributários, ao combate à evasão fiscal e à garantia da conformidade nas atividades econômicas de maior impacto na arrecadação municipal.

Desempenho Operacional (Sistema RBSEI): O sistema RBSEI conferiu maior agilidade e transparência ao fluxo de trabalho, acelerando entregas e otimizando o monitoramento das atividades da equipe.

Movimentação Processual	Quantitativo
Processos criados na SEFIN	179
Processos recebidos da SEINFRA	53
Processos recebidos da PGM	6
Total de documentos gerados	373
Total de despachos elaborados	249

De forma geral, os resultados alcançados refletem maturidade operacional, agilidade no tratamento das demandas e efetividade na fiscalização tributária. Observa-se, contudo, a necessidade de aprimoramentos estruturais, especialmente quanto à adequação do espaço físico e à organização das unidades administrativas, visando ampliar a produtividade, garantir o sigilo fiscal e fortalecer a governança interna. A superação desses desafios permitirá ampliar os avanços obtidos em 2025 e potencializar a eficiência das ações fiscais nos exercícios subseqüentes.

DIVISÃO DE ISSQN

No exercício de 2025, a Divisão de ISSQN concentrou suas atividades no atendimento aos contribuintes prestadores de serviços do Município, promovendo a ampliação do atendimento em formato on-line, sem prejuízo do suporte presencial quando necessário.

A Divisão também atuou de forma significativa na orientação aos tomadores de serviços — em sua maioria enquadrados como substitutos tributários por força de legislação municipal — oferecendo esclarecimentos quanto às obrigações principais e acessórias relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Todos os processos foram instruídos com elaboração de parecer fiscal técnico e despacho conclusivo, assegurando fundamentação legal e segurança jurídica às decisões administrativas.

Melhorias Estruturais

Destaca-se que, em 2025, foram implementadas melhorias no ambiente de trabalho, com a renovação do mobiliário, substituição de equipamentos de informática,

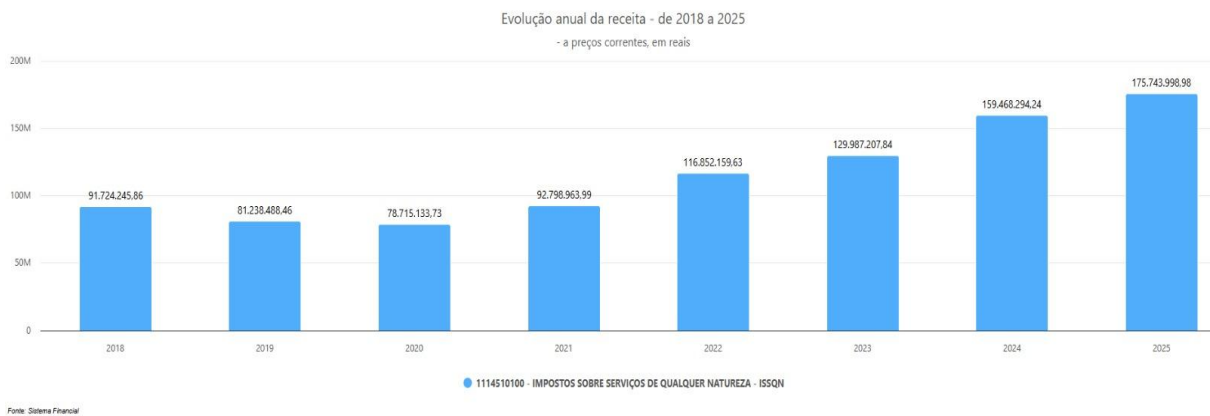
adequação da iluminação e melhoria da climatização, proporcionando melhores condições ergonômicas e maior eficiência operacional da equipe.

Perspectivas e Desafios para o Exercício Seguinte

Para o próximo exercício, os principais desafios identificados são:

- A transição dos contribuintes prestadores de serviços de Rio Branco para o Emissor Nacional de NFS-e;
- A implantação do novo sistema tributário municipal, com necessidade de adaptação operacional, capacitação da equipe e orientação intensiva aos contribuintes.

Gráfico 4 – Arrecadação Anual do ISSQN



Nome	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1114510000 - IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	91.724.245,86	81.238.488,46	78.715.133,73	92.798.963,99	116.852.159,63	129.987.207,84	159.468.294,24	175.743.998,98
1114510100 - IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	91.724.245,86	81.238.488,46	78.715.133,73	92.798.963,99	116.852.159,63	129.987.207,84	159.468.294,24	175.743.998,98

Fonte: Sistema Financeiro (2025) - <https://sistemafinancial.com.br/login.aspx>

Análise da Evolução da Arrecadação do ISSQN (2022–2025)

A análise da arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN no período de 2022 a 2025 evidencia trajetória consistente de crescimento da receita municipal proveniente da atividade econômica local.

Em 2022, a arrecadação totalizou **R\$ 116.852.159,63**, refletindo a retomada gradual das atividades econômicas e o fortalecimento das ações de fiscalização e controle tributário. No exercício de 2023, observou-se crescimento significativo, alcançando **R\$ 129.987.207,84**, o que representou aumento aproximado de **11,24%** em relação ao exercício anterior.

No ano de 2024, a arrecadação atingiu **R\$ 159.468.294,24**, demonstrando expansão expressiva da base tributária municipal e incremento aproximado de **22,68%** em comparação a 2023, indicando intensificação da atividade econômica no setor de serviços e aprimoramento dos mecanismos de arrecadação.

Destaca-se, de forma mais relevante, o desempenho observado em **2025**, quando a arrecadação alcançou **R\$ 175.743.998,98**, consolidando o maior volume arrecadado da série analisada. O resultado representa crescimento aproximado de **10,20%** em relação ao exercício de 2024.

Esse desempenho evidencia o fortalecimento da gestão tributária municipal, especialmente no que se refere às ações de modernização dos sistemas de arrecadação, intensificação das atividades de fiscalização e ampliação das políticas de educação fiscal, contribuindo para o aumento da conformidade tributária e para a sustentabilidade das receitas próprias do município.

DIVISÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No exercício de 2025, a Divisão de IPTU concentrou suas atividades na gestão, lançamento, revisão e acompanhamento do Imposto Predial e Territorial Urbano no Município de Rio Branco, promovendo ações voltadas à regularização cadastral, atendimento ao contribuinte e incremento da arrecadação.

Entre as principais atividades realizadas, destacam-se:

- Lançamento anual do IPTU;
- Processamento de pedidos de isenção e imunidade;
- Revisão de cálculos e atualizações cadastrais;
- Compensações e ressarcimentos;
- Cancelamento de débitos indevidos;
- Emissão de DAM, certidões e parcelamentos;
- Atendimento presencial e eletrônico aos contribuintes.

As demandas foram inicialmente tramitadas pelo sistema RBWeb e, a partir do segundo semestre, passaram a ser processadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conferindo maior controle e formalização aos procedimentos.

2. RESULTADOS E MELHORIAS

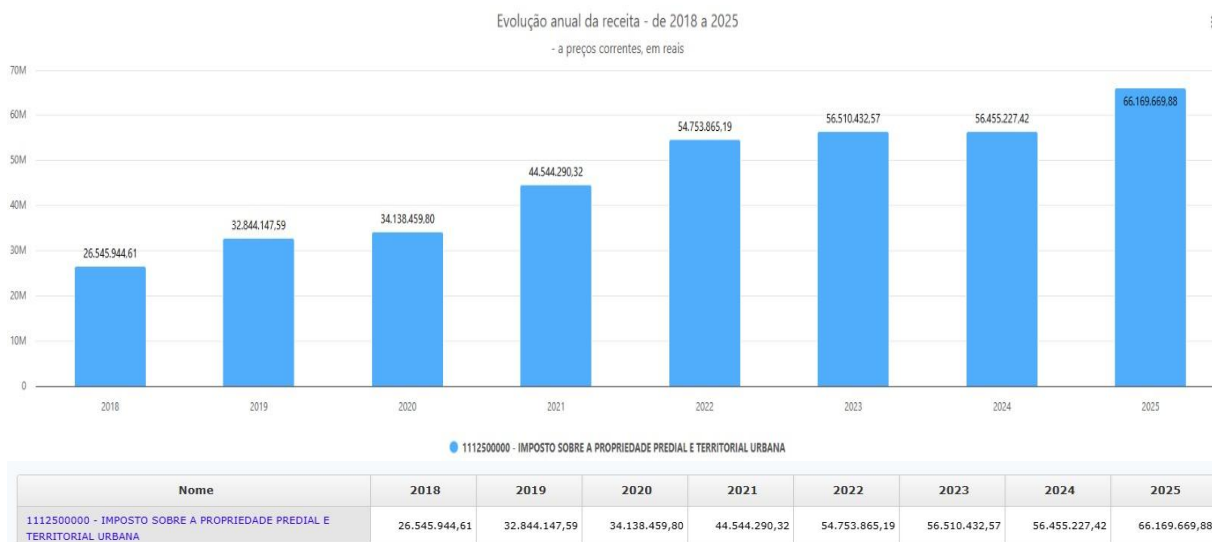
O exercício de 2025 foi marcado por desempenho expressivo na arrecadação, com crescimento significativo em relação ao ano anterior, reflexo das ações de notificação, cobrança administrativa, atualização cadastral e integração com outros setores da administração tributária.

Destaca-se ainda:

- Implementação de notificação por meio de e-carta;
- Aperfeiçoamento do fluxo de encaminhamento à Divisão de Cobrança;
- Implantação de sistema de controle de atendimento por senhas.

Tais medidas contribuíram para maior eficiência operacional, redução de pendências processuais e melhoria no atendimento ao contribuinte.

Gráfico 5 – Arrecadação Anual do IPTU



Fonte: Sistema Financeiro (2025) - <https://sistemafinancial.com.br/login.aspx>

Análise da Arrecadação do IPTU (2022–2025)

A análise da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU no período de 2022 a 2025 demonstra a manutenção de patamar elevado da receita municipal, com tendência de crescimento e destaque para o desempenho observado no exercício mais recente.

No ano de 2022, a arrecadação totalizou R\$ 54.753.865,19. Em 2023, verificou-se aumento da receita, alcançando R\$ 56.510.432,57, o que representa crescimento em relação ao exercício anterior. Já em 2024, a arrecadação registrou R\$ 56.455.227,42,

mantendo-se praticamente estável em comparação ao ano anterior, evidenciando a consolidação da capacidade arrecadatória do município em relação ao tributo.

Destaca-se, entretanto, o desempenho observado em 2025, quando a arrecadação atingiu R\$ 66.169.669,88, configurando o maior valor arrecadado no período analisado. O resultado representa crescimento expressivo em relação ao exercício de 2024, indicando avanço na eficiência da administração tributária municipal, possivelmente associado ao aprimoramento das ações de atualização cadastral, fiscalização e cobrança do imposto.

Dessa forma, os dados evidenciam que, após um período de relativa estabilidade entre 2022 e 2024, o exercício de 2025 apresentou incremento significativo na arrecadação do IPTU, reforçando a relevância do tributo para a composição das receitas próprias do município e para o financiamento das políticas públicas locais.

3. PERSPECTIVAS

Para o próximo exercício, as principais diretrizes são:

- Continuidade do trabalho de atualização cadastral;
- Intensificação das ações de cobrança administrativa;
- Ampliação dos meios eletrônicos de notificação;
- Capacitação contínua da equipe técnica.

Entre janeiro e dezembro do ano de 2025, a divisão de IPTU recebeu um total de 1358 processos. Inicialmente via Sistema RBWEB, ainda por meio de processos físicos e, após o mês de julho, com a implantação Sistema Eletrônico de Informações – SEI, passou a ser por meio de processo eletrônicos.

Relatório Anual de Atividade do Setor de IPTU Em 2025	
ISENÇÃO	810
COMPENSAÇÃO	194
REVISÃO DE IMÓVEL	258
PAGOS E NÃO BAIXADOS	17
RESSARCIMENTO	09
IMUNIDADE	21
OUTROS	08
ATENDIMENTO POR EMAIL	41
TOTAL	1358

DIVISÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO

No exercício de 2025, a Divisão de Cadastro Imobiliário desempenhou papel estratégico na modernização da gestão territorial e no fortalecimento da arrecadação municipal, contribuindo diretamente para o aumento de 17% na arrecadação do IPTU e 11% no ITBI em relação ao exercício anterior.

Ao longo do período, foram tramitados 7.936 processos administrativos e realizados 43.726 atendimentos aos contribuintes, com destaque para a atualização de 12.324 imóveis ignorados, 1.824 cadastros de contribuintes e 228 Termos de Habite-se. A Divisão também ampliou a eficiência administrativa por meio da produção de documentos técnicos, respostas institucionais e suporte a órgãos públicos, consolidando-se como referência técnica em informações territoriais.

No campo da inovação tecnológica e geoespacial, destacam-se a adesão ao Convênio SINTER, a integração ao CIB com transmissão de mais de 129 mil imóveis, a execução de aerolevantamentos, o lançamento do portal RBGEO e o desenvolvimento de painéis e dashboards voltados à gestão urbana, ambiental, de saúde e infraestrutura. Essas iniciativas fortaleceram o planejamento municipal e subsidiaram decisões estratégicas da administração pública.

Também foram realizadas ações voltadas à organização territorial e urbanística, como análises espaciais, produção de mapas, atualização da base georreferenciada, conclusão de processos de desmembramento e remembramento e emissão de alvarás, além da modernização da infraestrutura física e tecnológica da Divisão, proporcionando melhores condições de trabalho e atendimento à população.

De forma geral, os resultados alcançados evidenciam avanços na qualificação do cadastro imobiliário municipal, maior eficiência operacional e contribuição efetiva para a gestão fiscal, territorial e estratégica do Município de Rio Branco.

Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

O **Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF** representa importante fonte de receita para o Município. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN atua no controle, acompanhamento e contabilização das retenções realizadas pelos órgãos da Administração Municipal, além de orientar as unidades administrativas quanto à correta aplicação da legislação tributária. Essas ações asseguram a adequada arrecadação, o registro correto das receitas e contribuem para a transparência e o equilíbrio das finanças públicas municipais.

Gráfico 6 – Arrecadação Anual do IRRF



Fonte: Sistema Financeiro

Nome	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1113000000 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	23.718.136,27	26.679.577,47	28.801.447,52	32.681.748,15	51.845.457,42	68.737.340,75	84.492.012,29	87.414.237,72
1113030000 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	23.718.136,27	26.679.577,47	28.801.447,52	32.681.748,15	51.845.457,42	68.737.340,75	84.492.012,29	87.414.237,72

Fonte: Sistema Financeiro (2025) - <https://sistemafinancial.com.br/login.aspx>

Análise da evolução da arrecadação – Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF apresentou trajetória de crescimento contínuo no período recente. Em 2022, a receita alcançou o montante de **R\$ 51.845.457,42**, passando para **R\$ 68.737.340,75** em 2023 e **R\$ 84.492.012,29** em 2024, evidenciando expansão gradual da base de retenção e aprimoramento dos mecanismos de controle e arrecadação.

No exercício de **2025**, a arrecadação atingiu **R\$ 87.414.237,72**, consolidando o maior valor registrado na série recente. Esse desempenho reflete a atuação da Secretaria Municipal de Finanças no acompanhamento das retenções realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como o fortalecimento dos procedimentos de controle, fiscalização e orientação quanto à correta aplicação da legislação tributária.

O resultado observado em 2025 confirma a relevância do IRRF como importante componente da receita municipal, contribuindo para o equilíbrio fiscal e para o financiamento das políticas públicas executadas pelo Município.

Se quiser, também posso **padronizar as análises de IPTU, ISSQN e IRRF no mesmo modelo textual**, deixando o relatório mais **uniforme e técnico**, como normalmente é exigido em **Relatórios Anuais de Gestão**.

Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis inter vivos – ITBI

O **Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis inter vivos – ITBI** constitui importante fonte de receita para o Município, estando diretamente relacionado às operações de compra e venda e demais transferências de propriedade imobiliária. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN atua na análise dos processos de transmissão, verificação da base de cálculo, emissão das guias de

recolhimento e acompanhamento das informações provenientes dos cartórios, garantindo a correta aplicação da legislação tributária e contribuindo para a adequada arrecadação do imposto, fortalecendo a capacidade financeira do Município para o financiamento das políticas públicas.

Gráfico 7 – Arrecadação Anual do ITBI

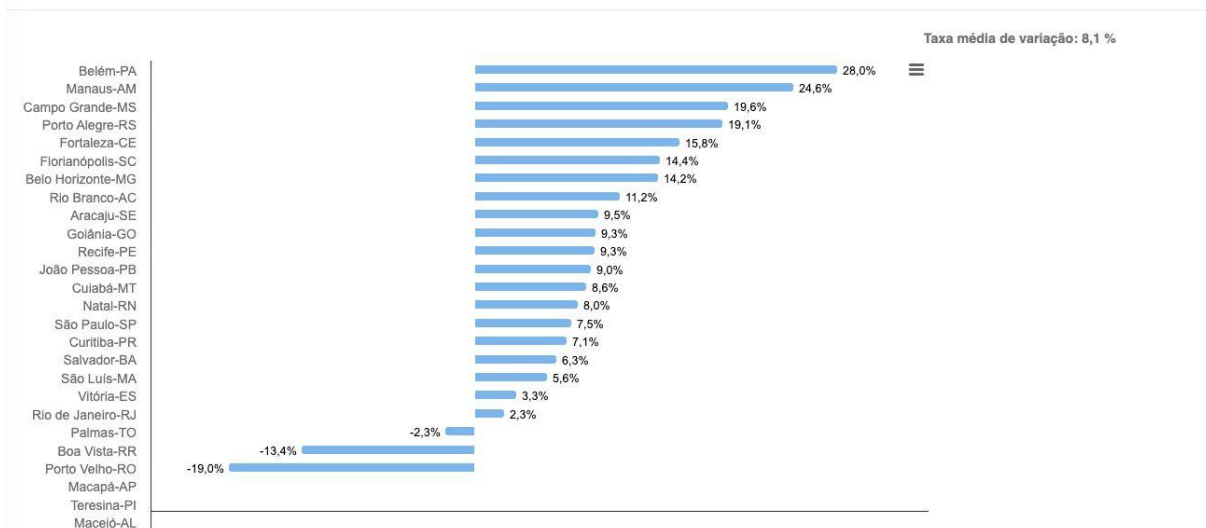
Evolução anual da receita - de 2018 a 2025
- a preços correntes, em reais



Fonte: Sistema Financeiro (2025) - <https://sistemafinancial.com.br/login.aspx>

Gráfico 8 – Variação do Acumulado

ITBI - variação do acumulado no ano até dezembro - 2025/2024
Em %.



Fonte: Painel Municipal - <https://www.painelmunicipal.com.br/painelmunicipal/loginPainel.aspx>

O comportamento da arrecadação do **ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis no exercício de 2025** demonstrou desempenho positivo em relação ao ano anterior, acompanhando a tendência observada em diversas capitais brasileiras. Conforme levantamento comparativo, a variação média entre as capitais foi de

aproximadamente **8,1%**, refletindo o aquecimento do mercado imobiliário e o aumento nas transações de bens imóveis ao longo do período.

Nesse contexto, **o município de Rio Branco** apresentou crescimento de **11,2% na arrecadação acumulada do ITBI**, percentual superior à média observada entre as capitais analisadas. Esse resultado indica dinamismo nas operações de transmissão imobiliária no município, contribuindo de forma relevante para o fortalecimento das receitas tributárias próprias e para a ampliação da capacidade arrecadatória da administração municipal.

8. NÚCLEO DE GEOTECNOLOGIA

O Núcleo de Geotecnologia é um centro de aplicação de tecnologias geoespaciais para coleta, análise, interpretação e visualização de dados.

O objetivo é utilizar as tecnologias para auxiliar nas tomadas de decisões, planejamento e gestão territorial de forma eficiente para a administração pública municipal.

8.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- **Processos de inundação 2025:** Elaboração do Relatório Técnico dos Bairros e Edificações Atingidos pela Alagação de 2025, fornecendo subsídios para o planejamento e a tomada de decisão dos órgãos competentes.
- **Aerolevantamentos:** Foram executados aerolevantamentos visando a produção de imagens aéreas e informações geoespaciais para suporte técnico a diferentes demandas, incluindo vistorias e análises territoriais.

Imagem 1: Aerolevantamento de Madeireira para SEINFRA



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Projeto Toponímias:** Correção de Toponímias, verificando todos os ajustes necessários para a malha de logradouros de Rio Branco, dando continuidade a correção da Lei nº 2030;









Imagem 2: Ajuste de geometria



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Arquivos para subsidiar dados do plano diretor:** Elaboração e organização de arquivos geoespaciais para subsidiar a base de dados do Plano Diretor, garantindo informações atualizadas e compatíveis com as diretrizes de planejamento urbano.

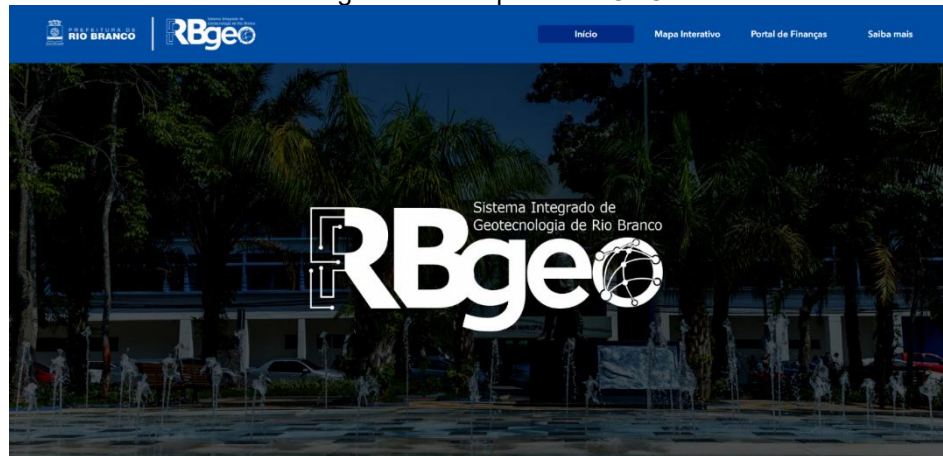
Imagem 3: Arquivos do plano diretor

 ANEXO IX - ZIHC	16/01/2025 09:39	Pasta de arquivos
 ANEXO XI - AEIHS	16/01/2025 09:03	Pasta de arquivos
 ANEXO XII - ADI	16/01/2025 09:18	Pasta de arquivos
 ANEXO XIII - AREAS DE PROMOÇÃO DE COMERCIO E SERVIÇO	16/01/2025 09:20	Pasta de arquivos
 ANEXO XIV - ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL	16/01/2025 09:36	Pasta de arquivos
 ANEXO XV - AEIS	16/01/2025 09:21	Pasta de arquivos
 ANEXO XVII - BAIRROS DE RIO BRANCO	16/01/2025 09:26	Pasta de arquivos
 RESPOSTA AO OFICIO CNM SN de 2024.docx	16/01/2025 10:18	Documento do Mi...

Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Lançamento do novo portal RBGEO:** Lançamento do novo portal RBGEO, plataforma integrada de dados geoespaciais de Rio Branco.

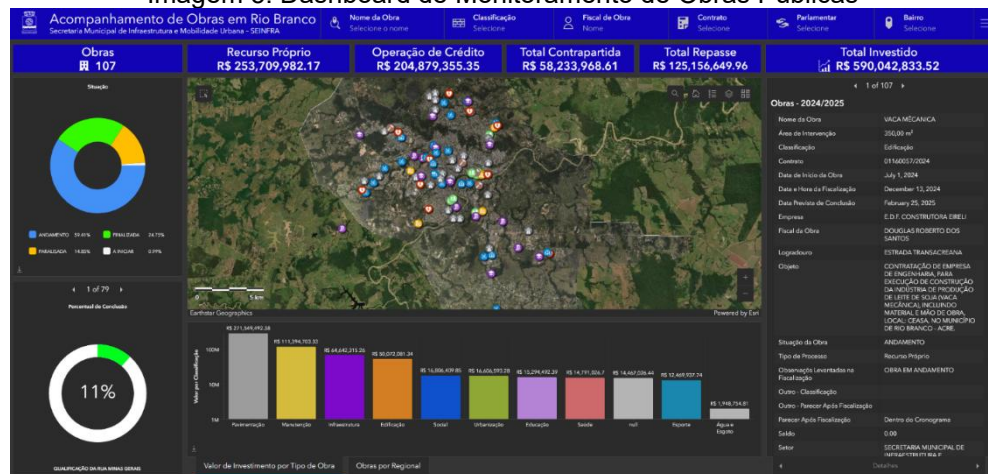
Imagem 4: Novo portal RBGEO



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Dashboard Infraestrutura e Mobilidade Urbana:**
 - **Dashboard de Monitoramento de Obras Públicas** Centralizar e disponibilizar a gestão a localização e informações financeiras de todas as obras sob responsabilidade da prefeitura, agilizando a gestão e promovendo a transparência.

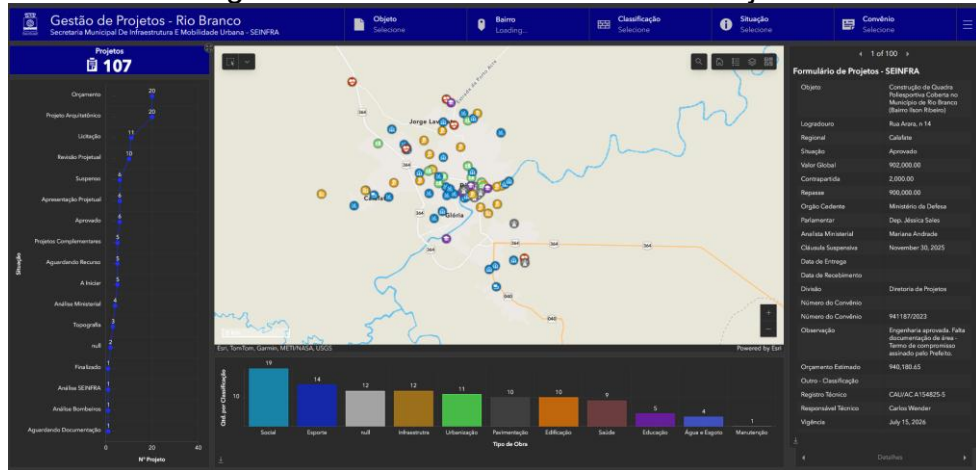
Imagem 5: Dashboard de Monitoramento de Obras Públicas



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Dashboard de Gestão de Projetos (SEINFRA):** Centralizar e otimizar a gestão do portfólio de projetos de infraestrutura e obras públicas da SEINFRA, proporcionando uma visão unificada e em tempo real do status, localização, aspectos financeiros e prazos de cada iniciativa.

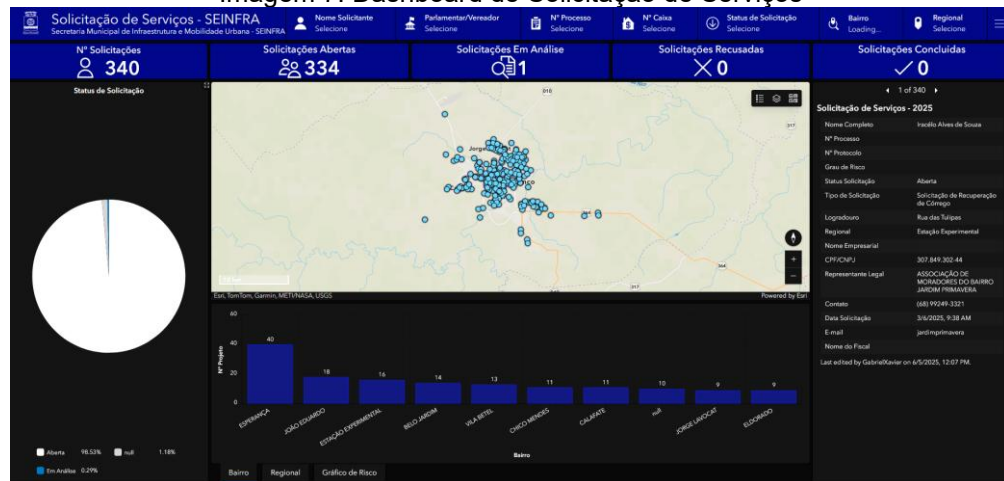
Imagem 6: Dashboard de Gestão de Projetos



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Dashboard de Solicitação de Serviços (SEINFRA):** Centralizar, rastrear e gerenciar todo o fluxo de demandas e solicitações de serviços de infraestrutura recebidas pela secretaria.

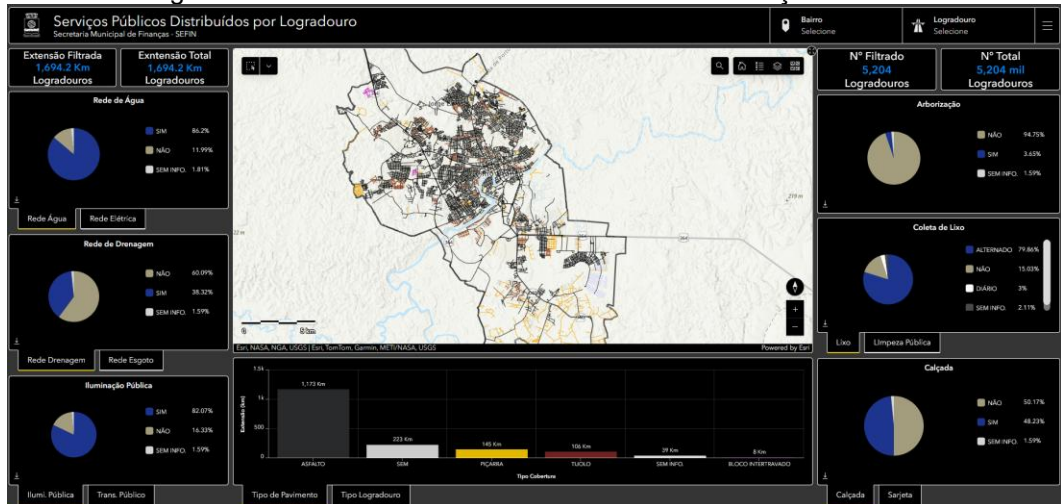
Imagem 7: Dashboard de Solicitação de Serviços



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Dashboard de Finanças e Planejamento**
 - **Dashboard de Infraestrutura Urbana e Serviços Públicos:** Mapear, consolidar e analisar a cobertura e o estado da infraestrutura urbana e dos serviços públicos em todos os logradouros do município.

Imagem 8: Dashboard de Infraestrutura Urbana e Serviços Públicos



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Portal de Monitoramento de Transferências de Receitas:** Centralizar e tornar transparente a gestão de todas as transferências de recursos financeiros (como convênios, fundos e contratos) da prefeitura.

Imagem 9: Portal de Monitoramento de Transferências de Receitas



Fonte: Núcleo de Geotecnologia

- **Atividades Complementares:**
 - **Suporte Técnico:** Atendimento a demandas geoespaciais de diversos setores da prefeitura (Secretarias de Obras, Meio Ambiente, Saúde etc.).
 - **Manutenção:** Atualização de versão do ArcGIS Enterprise, otimização de bancos de dados geoespaciais e resolução de incidentes.

- **Processos Internos:** Auxílio na elaboração de mapas, análises espaciais e extração de dados para subsidiar relatórios e decisões administrativas.

9. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados alcançados pelas unidades vinculadas à Administração Tributária Municipal no exercício de 2025 demonstram avanços relevantes na modernização dos processos de gestão, no fortalecimento da arrecadação e na melhoria da prestação de serviços ao contribuinte. As Divisões de Cadastro de Contribuintes, Fiscalização de Tributos Municipais, Cadastro Imobiliário e IPTU atuaram de forma integrada e complementar, contribuindo para o aprimoramento da gestão fiscal e para o aumento da eficiência administrativa da Secretaria Municipal de Finanças.

No início de fevereiro, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulgou os dados fiscais dos estados e dos municípios brasileiros relativos ao último bimestre e ao fechamento do exercício de 2025. As informações, extraídas dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), revelam um quadro bastante animador da sustentabilidade fiscal de Rio Branco sob a ótica da capacidade de poupança, da liquidez e do endividamento.

Os dados mostram que Rio Branco encerrou o exercício de 2025 com um indicador de poupança corrente de 82,1%, o segundo melhor resultado entre as capitais brasileiras. A média do conjunto das capitais foi de 94,1%, evidenciando uma diferença expressiva de 12 pontos percentuais em favor da capital acreana.

O Indicador de Poupança Corrente resulta da relação entre as despesas correntes — acrescidas das amortizações da dívida — e as receitas correntes. Quanto maior o comprometimento da receita com despesas correntes, menor a capacidade de geração de excedentes fiscais e maior a vulnerabilidade a choques adversos. Margens estreitas entre receitas e despesas correntes, ou a ocorrência de déficits recorrentes, reduzem a capacidade de financiamento de investimentos e podem comprometer a regularidade dos pagamentos a fornecedores e servidores.

Rio Branco também apresentou, ao final de 2025, um excelente nível de liquidez. O indicador correspondeu a 9% da Receita Corrente Líquida (RCL), a quinta melhor posição entre as capitais brasileiras. A média do conjunto das capitais foi de apenas 2,4%, o que evidencia diferença significativa e coloca o município em situação substancialmente mais confortável sob a ótica da disponibilidade de caixa.

O Indicador de Liquidez Relativa resulta da relação entre a disponibilidade de caixa líquida — após a dedução dos restos a pagar e consideradas apenas as fontes não

vinculadas — e a Receita Corrente Líquida. Quando o ente encerra o exercício com caixa suficiente para honrar seus restos a pagar, demonstra suficiência financeira; caso contrário, evidencia insuficiência de caixa. Manter níveis adequados de disponibilidade líquida não vinculada é condição essencial para prevenir pressões fiscais de curto prazo e viabilizar investimentos.

A dívida consolidada de Rio Branco, ao final de 2025, correspondia a 17,1% da Receita Corrente Líquida, percentual equivalente a aproximadamente metade da média observada entre as capitais. O resultado evidencia ampla margem para o município recorrer ao mercado de crédito com vistas ao financiamento de novos investimentos em infraestrutura. O Indicador de Endividamento mede o estoque da dívida consolidada bruta em relação à RCL, sendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites de até 200% para os estados e 120% para os municípios.

O conjunto desses indicadores confirma a consistência da gestão fiscal do município, fruto de coordenação política, planejamento e atuação técnica qualificada por parte da Secretaria de Finanças e das demais áreas da administração.

A combinação de elevada poupança corrente, liquidez confortável e baixo nível de endividamento cria condições objetivas para enfrentar eventuais desafios fiscais que possam surgir e sustentar uma agenda de investimentos sem comprometer o equilíbrio das contas públicas. O desafio para os próximos anos será preservar essa trajetória, mantendo o controle do crescimento das despesas correntes, assegurando a geração de poupança e utilizando de forma responsável o espaço disponível para operações de crédito. A continuidade dessa estratégia será fundamental para garantir que o atual ciclo de solidez fiscal se traduza em melhorias estruturais e duradouras para a cidade.

Rio Branco - Acre, 16 de março de 2026.

Wilson José das Chagas Sena Leite
Secretário Municipal de Finanças
Decreto nº 004/2025

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estados: Rio Branco*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LOCALIZA FROTAS. *Frota de Veículos no Brasil: Saiba o tamanho, tipos e idade!*. Disponível em: <https://frotas.localiza.com/blog/frota-de-veiculo>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MELO, João Carlos de. *História econômica do Acre: da borracha à modernidade*. Rio Branco: Editora da UFAC, 2015.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. *Frota de Veículos - 2024*. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2024>. Acesso em: 23 set. 2024.

SILVA, Marcos Antônio da. *A Revolução Acreana e o Tratado de Petrópolis: construção da identidade regional do Acre*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RIO BRANCO. *Lei Orgânica do Município de Rio Branco*. Disponível em: <https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio-de-rio-branco>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RIO BRANCO. *Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - RBTRANS*. Disponível em: <http://transportes.riobranco.ac.gov.br/linhas.html>. Acesso em: 18 dez. 2024.